

## INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

**Responsável:** Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming  
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

MOMIGLIANO, A. The Origins of Rome. In *Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Storia e Letteratura. Raccolta di Studi e Testi, 161. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1984. Parte Terza – Storia Romana: I: 379-436.  
Tradução: Cássia Bars. Revisão e notas: Maria Isabel D'Agostino Fleming.

A questão se Roma era uma polis grega foi formulada na Grécia no quarto século a.C. por estudiosos como Heráclides Pôntico, que, pelo menos em termos teóricos, estavam bem qualificados para responder (Plut., *Camillus* 22). Uma questão alternativa foi sugerida por outros estudiosos gregos que Dionísio de Halicarnasso não identificou (I, 29, 2): se Roma era ou teria sido uma polis etrusca. A definição de Roma como uma polis grega evidentemente ainda atraía historiadores amantes da cultura grega como o Senador C. Acilius (?), no segundo século a.C., quando Roma estava se tornando um império de estrutura sem precedentes (813 F 1 Jacoby). Por outro lado, a questão da influência etrusca nas instituições e costumes romanos estava ainda muito presente na mente de historiadores como Estrabão (5, 2, 2). Estas interpretações alternativas – de Roma como uma cidade grega ou como uma cidade etrusca – permanecem significativas para nós também. Porém agora estamos mais cientes de uma das dificuldades inerentes na oposição: os próprios etruscos desenvolveram suas cidades tendo em vista os modelos gregos.

Como sabemos, entre aproximadamente 850 a.C. e 700 a.C., uma profunda transformação social começou na Grécia e espalhou-se para a Itália, o resultado da qual foi a criação da cidade-estado clássica. Inicialmente, essa transformação envolveu o deslocamento de grupos que, ou foram para locais remotos, frequentemente além-mar, o que podemos chamar de colonização, ou simplesmente criaram uma nova cidade na vizinhança de onde viviam. Remoções forçadas de habitantes de um local para outro não eram excluídas. As condições tecnológicas desses desenvolvimentos não são sempre evidentes. Entretanto, melhorias no controle de águas – tanto através de irrigação como melhorias na navegação; melhorias na metalurgia, com o aumento da produção e de melhorias tecnológicas no uso do ferro, aliadas a um aumento nas trocas de cobre e estanho; disponibilidade de excedentes nas produções de trigo, óleo e vinho, em certos locais e em certos anos, com um conseqüente aumento do comércio; e finalmente, o mais indescritível de todos, a superioridade militar de certos grupos, parecem ser os principais fatores. A criação de estabelecimentos coloniais como Al-Mina na Síria e Pithecusa na ilha de Ischia durante o oitavo século nos dão uma idéia da abrangência do comércio grego e dos países envolvidos. Ao importar ferro e cobre da Etrúria, Pithecusa estabeleceu um contato direto entre gregos e etruscos e iniciou uma migração de artesãos gregos, comerciantes e aristocratas para cidades etruscas, o que levou a uma abrangente

assimilação de padrões culturais gregos pelos etruscos e por seus vizinhos, entre os quais estavam os latinos e mais especificamente os recém-assentados da nova cidade de Roma.

A formação de cidades-estados na Itália sob a influência de modelos gregos é um fato indiscutível. Porém, vários fatores dificultam nossa compreensão deste fato. Em primeiro lugar, ainda não em uma posição para explicar a autoridade, habilidade e rapidez com a qual os etruscos transformaram a cultura vilanoviana da Itália central (quer se tratasse de terreno nativo ou estrangeiro) em uma das mais duradouras redes de cidades que a história já conheceu. É apenas óbvio demais dizer que os etruscos permaneceram diferentes dos gregos, embora muito eles aprenderam com a cultura grega; e se tornará aparente do que se segue, que o que os romanos aprenderam dos gregos não coincide com o que os etruscos aprenderam dos mesmos. Em particular, ainda não se sabe o quanto a população de Lemnos, próxima da etrusca, contribuiu seja para os contatos entre os etruscos e o Oriente, como para sua peculiar interpretação etrusca dos modelos sócio-culturais gregos: a presença de gregos em Lemnos anterior à conquista de Milcíades parece agora ter sido estabelecida por J. Heurgon (C.R. Inscr. 1980, 578-606).

Além disso, não podemos esquecer o fenômeno paralelo de urbanização, comércio e colonização entre os fenícios, que competiam com os gregos no Mediterrâneo ocidental e compartilhavam com eles muitas atitudes básicas à vida social. A cooperação entre os etruscos e os fenícios de Cartago se tornou próxima, e foi estendida a Roma apenas no século sexto a.C., mas desenvolveu-se de antigos contatos travados com os fenícios em geral, desde pelo menos o século oitavo. Embora agora pareça provável que tanto os etruscos como os latinos tenham adquirido sua escrita alfabética dos gregos ao invés dos fenícios, importações fenícias são comuns em tumbas, e uma inscrição fenícia pode ser encontrada em uma delas em Preneste (M.G. Guzzo Amadasi, *Le Iscrizioni Fenice e Puniche dell'Occidente*, 1967, p. 157). Não há evidência conclusiva sobre a existência de um bairro fenício (tiriano<sup>1</sup>) em Roma no sétimo século a.C., como sugeriu R. Rebuffat, mas D. Van Berchem apresentou argumentos fortes para a origem fenícia do culto de Hércules (=Melqart) em Roma (*Syria* 44, 1967, 73-109; 307-338). Contribuições fenícias para o desenvolvimento da vida urbana na Itália central devem ao menos ser consideradas como uma séria possibilidade.

Por trás dos acontecimentos – ou tradições – do oitavo ao sexto século a.C., pesquisas recentes têm considerado influências micênicas e sobrevivências indo-européias no Lácio. Elas inegavelmente existem, mas sua extensão é ainda muito controversa. Cresce a evidência de importações micênicas na Itália. Povos de língua grega comerciavam e provavelmente mesmo se estabeleceram na Sicília e no sul da Itália em certos momentos entre 1500 e 1100 a.C. Nenhum fragmento cerâmico micênico, entretanto, foi seguramente identificado no sítio de Roma; e todo o Lácio continua escassamente representado no mapa dos achados micênicos da Itália, de 1981. Aqueles que acreditam em uma forte influência micênica em Roma, entre eles a maior autoridade é E. Peruzzi, têm, portanto, que se apoiar em dados linguísticos e em mitos gregos para a hipótese de que houve um assentamento micênico no Palatino. A evidência assim apresentada não convence, construída por etimologias duvidosas e por um uso não ortodoxo da lenda de Evandro. Em comparação, o caso da herança indo-européia em Roma é muito mais sustentável. De maneira geral, ele é, de fato, indiscutível. Os latinos, e, portanto, os romanos, falavam uma língua indo-européia

---

<sup>1</sup> Referente a Tiro, na Fenícia, fundadora da colônia de Cartago no norte da África. A Fenícia corresponde ao atual Líbano e Tiro é a cidade de Sur moderna.

e adoravam alguns deuses certamente da mesma origem (não muitos, entretanto). O ponto em disputa é mais específico. Foi inclusive o trabalho de uma vida do aclamado estudioso Georges Dumézil tentar demonstrar que o patrimônio intelectual e institucional dos romanos era organizado de acordo com um padrão indo-europeu coerente. Em seus primeiros trabalhos, Dumézil identificou este padrão numa divisão da sociedade romana arcaica em três tribos “funcionais”: uma dos governantes e sacerdotes (Ramnes), uma dos produtores (Tities), e uma dos guerreiros (Luceres). Uma religião tripartite, culminando na tríade de Júpiter, Marte e Quirino (na qual Marte era o deus da guerra e Quirino o da paz e da produção), teria correspondido às três tribos “funcionais” ou castas. Mais tarde, entretanto, Dumézil mudou de idéia. Ele admitiu que as três tribos de Rômulo não eram castas, e explicitamente afirmou que nenhuma instituição indo-européia poderia ser identificada em Roma exceto ao nível de continuidade terminológica (ex.: *rex* comparado com o *raj(an)* indiano e com o celta *rig*). Consequentemente, nesta segunda fase, Dumézil limitou-se a buscar a ideologia tripartite na religião e no mito. Ele sugeriu que as histórias sobre as origens de Roma, de Rômulo a Anco Marcio, são mitos indo-europeus transformados em história por uma distorção peculiar da mente romana. É geralmente admitido que Dumézil tenha tido sucesso em mostrar vários graus de similaridade entre os mitos romanos (ou lendas) e os mitos (ou lendas) que circulavam entre outros grupos indo-europeus. A história dos Horácios e Curiatos é um exemplo. Mas é menos certo que Dumézil e seus seguidores tenham sido capazes de reinterpretar a história da monarquia romana de forma persuasiva como uma projeção de uma mentalidade coletiva obcecada pela tripartição. Há certamente um elemento de verdade em ambos os estudos de Dumézil (o primeiro e o posterior). Qualquer sociedade tem a ver com sacerdotes, guerreiros e produtores, e deve colocar seus chefes em algum lugar entre estes. Não é surpreendente que a tripartição de Dumézil pudesse ser facilmente aplicada no estudo da Idade Média ocidental. O que Dumézil não pode fazer, porque seria contraditório em termos, é postular um padrão indo-europeu invariável como explicação das relações em contínua mudança entre os grupos sociais de Roma. Em nada acrescenta, entretanto, substituir o modelo indo-europeu de Dumézil pelo modelo “nômade” de A. Alföldi. Inspirando-se em descrições de nômades turcos e iranianos, Alföldi postulou dois estágios na sociedade da Roma arcaica: um matriarcal, baseado em instituições tripartites (como as três tribos e os 30 *curiae*), e o outro patriarcal, com instituições binárias (como a dupla monarquia). Isto não é mais demonstrável do que a existência de uma regra de exogamia na sociedade patriarcal do segundo estágio. Mas as pesquisas de Alföldi levantaram problemas que não podem ser desconsiderados, como a importância da cavalaria e de grupos de jovens (*juniores*) na sociedade arcaica romana.

No momento, a alternativa tradicional da interpretação de Roma arcaica como uma sociedade similar ou à cidade-estado grega ou à etrusca é dificultada pela emergência de outros fatores, frequentemente mais remotos, que não ainda foram definidos com clareza suficiente. Deve ser acrescentado que mesmo algumas características fundamentais da sociedade romana dos séculos VII ao VI a.C. são em si mesmas obscuras. Basta lembrarmos-nos que o regime de posse de terras é um problema não resolvido por causa das incertezas que cercam o termo “heredium”, e que a estrutura da monarquia romana é ofuscada por nossa ignorância do sentido original e da função da “lex curiata de imperio”, que pode (ou não) ter dado legitimidade ao novo rei. Nestas circunstâncias parece prudente dar explicações separadas das evidências arqueológica e das literárias, e abster-se de mais hipóteses tentativas que seriam justificadas e bem-vindas em uma monografia

peçoal. Nos séculos passados, retrocedendo até o tempo de B.G. Niebuhr e de Th. Mommsen, qualquer estudo de Roma arcaica era um exame dos relatos tradicionais transmitidos para nós pelos textos antigos que sobreviveram, os mais importantes dos quais pertencem ao final do século I a.C. – Diodoro Sículo, Dionísio de Halicarnasso e Tito Lívio. O holandês J. Perizonus (1685) e o francês L. De Beaufort (1738) são comumente considerados os pioneiros deste exame crítico das fontes literárias, mas os nomes poderiam ser facilmente multiplicados. O que é novo em nosso século é a acumulação de novas evidências arqueológicas (incluindo as epigráficas). Elas são agora suficientemente amplas para fornecer uma história de si própria, que pode ser usada para controlar as evidências literárias e vice-versa. Como a pesquisa arqueológica pode, até certo ponto, ser planejada a partir de problemas específicos, ela tem sido cada vez mais direcionada a obter respostas para questões (especialmente sobre condições materiais de vida e estratificação social) para as quais a evidência literária é insuficiente ou não confiável, sendo esta muito posterior aos próprios eventos.

## II

Antes de nos voltarmos para a arqueologia, é sábio dar alguma atenção à lenda de fundação de Roma, da forma em que ela aparece em nossas fontes literárias. A síntese peculiar romana da lenda de Rômulo com a lenda de Enéas sem dúvida se desenvolveu lentamente através dos séculos com matérias que são parcialmente indígenas, parcialmente gregas, e talvez parcialmente etruscas. Isso é importante como um indicador do que os romanos pensavam sobre eles mesmos, pelo menos do fim do século IV a.C. em diante. Quando os romanos decidiram que eram em última análise troianos, eles estavam realmente dizendo que não eram nem gregos nem etruscos – uma resposta em antecipação à questão colocada pelos gregos, se Roma era uma polis grega ou etrusca.

A noção de que Enéas fundou Roma ou com Odisseu ou depois dele (o texto é incerto) é atribuída por Dionísio de Halicarnasso (1, 72, 2) a Helânico. Quando Helânico escreveu no fim do séc. V a.C., o texto da teogonia de Hesíodo já havia circulado por um longo tempo, com linhas, talvez interpoladas, anunciando que Circe havia dado a Odisseu dois filhos, Agrios e Latino “que não tinha defeitos e era forte...eles reinaram sobre os famosos Tirrenos no distante recesso das ilhas sagradas” (1010-1016). Essas passagens certamente pertencem a especulações gregas sobre as peregrinações dos heróis da guerra de Tróia. Nós também devemos a um autor grego – o siciliano Alkimos – a mais antiga referência que associa Rômulo com Enéas, se é verdade que Alkimos viveu por volta de 350 a.C. (F. Gr. H. 560 F. 4). Ele afirma que Rômulo era o filho único de Enéas com Tírrênia e pai de Alba, cujo filho Rhomos (uma óbvia correção do Rhodios de *MSS*) se tornou o fundador de Roma. Apesar de Rômulo aparecer pela primeira vez nesse texto grego, dificilmente pode-se duvidar que sua ligação com Enéas era artificial e imposta pela existência de uma lenda romana nativa, a qual os gregos tiveram que considerar.

Como aparece nas principais fontes do período de César e de Augusto, a versão romana da lenda de fundação preserva a conexão de Rômulo com Enéas, através de uma série de reis de Alba Longa que eram os descendentes de Enéas. Uma filha de um desses reis foi violentada pelo deus Marte (existem outras versões da história) e deu à luz os gêmeos Rômulo e Remo. Os eventos subsequentes podem ser divididos em quatro partes. Na primeira os gêmeos, que tinham miraculosamente sobrevivido sendo alimentados por uma loba, começaram uma carreira como jovens chefes, e decidiram fundar uma nova

cidade e discutiram entre eles no momento da fundação ritual, assim, a fundação da cidade foi também um ato de fratricídio. Na segunda parte Rômulo, agora sozinho, adota a política de um chefe salteador, reúne cidadãos homens para Roma indiscriminadamente e lhes dá esposas por um ato coletivo de raptos de mulheres sabinas. Na terceira parte, romanos e sabinos tornam-se unidos sob a liderança conjunta de Rômulo e Tito Tácio (o único reinado dual na tradição romana), e foram organizados em três tribos e trinta *curiae*. Na quarta parte, os episódios, a maioria sobre conquistas militares, são menos nitidamente caracterizados, exceto pelo desaparecimento final de Rômulo o qual representa o modelo para a divinização romana de soberanos. Apesar de ser fácil produzir paralelos para episódios individuais ou mesmo para partes individuais desta história de fundação (e, é claro, Caim e Abel, Moisés, Ciro, os hindus gêmeos Nasatya e as guerras entre Asi e Vani na saga islandesa foram todos invocados por sua vez) não há um modelo geral óbvio para a história. A substância da lenda deve já ter sido elaborada antes de 296 a.C., quando uma estátua da loba com os gêmeos foi solenemente erigida (Lívio 10, 23,1). O relato convencional pode ser encontrado na obra do primeiro dos historiadores romanos, Fábio Pictor (escrito em grego), sobre o fim do terceiro século a.C. Plutarco (*Romulus* 3,1; 8,7) afirma que o relato de Fábio Pictor corresponde ao dado previamente pelo grego Diocles de Peparetus. Isto basicamente confirma que o compromisso entre uma versão grega e uma latina das origens de Roma já havia se tornado canônico na segunda metade do séc. III a.C.

O compromisso era cada vez mais fácil porque se tornou evidente que se a fundação de Roma tinha de ser colocada aproximadamente 250 anos antes do começo da República, não poderia ser atribuída nem a Enéas, nem aos seus descendentes imediatos. Portanto, se deu a criação de uma série de reis de Alba intermediários, a qual o poeta Nêvio ainda não considerou necessária, mas que o seu contemporâneo Fábio Pictor admitia. Assim, Enéas e Rômulo se tornaram perfeitamente compatíveis.

O total da lenda representou em si mesmo uma orientação ideológica. A primeira característica do mito sobre a fundação de Roma é precisamente a de que é um mito sobre uma cidade, não sobre uma tribo ou nação. Os cidadãos de Roma foram sempre conscientes de pertencer a uma nação comparativamente pequena dos latinos, que, por sua vez, era identificável por sua língua específica, seus santuários específicos e (pelo menos por muito tempo) por instituições federais. A história romana reconhece a existência de latinos e de seus centros Lavínio e Alba Longa, mas não explica as origens dos latinos como um todo. Em segundo lugar, a lenda romana enfatizou nas suas versões mais respeitadas, que tanto Enéas como Rômulo tinham um genitor divino (mas de lados opostos, Enéas tendo uma mãe divina e Rômulo um pai divino: Vênus e Marte, que não eram estranhos um para o outro em mitos gregos). Ambos eram chefes de bandos de migrantes que, por sua vez, absorveram elementos estrangeiros. A impressão definitiva que os romanos queriam dar de si mesmos era a de uma sociedade com origens divinas, porém de forma alguma puras, na qual a ordem política foi criada pela fusão de elementos heterogêneos, frequentemente vis, após um fratricídio ter marcado a fundação da cidade. Sem dúvida, como veremos, a lenda transmitiu alguma consciência do papel desempenhado pelos bandos de jovens aventureiros sob o comando de chefes aristocráticos nas sociedades arcaicas da Itália central. No ritual do *ver sacrum* (a primavera sagrada) como uma consequência de um compromisso anterior, um bando de jovens foi mandado à procura de uma nova terra liderados por um chefe que, por sua vez, deveria seguir um animal sagrado. Mas o *ver sacrum* era apenas a versão mais sacralizada destas migrações juvenis. Significativamente, Rômulo não liderou um *ver sacrum*. Os romanos, enquanto sinalizavam que não se consideravam nem gregos nem

etruscos, também mostravam uma considerável sofisticação em definir as origens mistas de seu corpo de cidadãos.

Deixando clara sua posição na história principal, os romanos reconhecem um antigo relacionamento com os gregos nos seus desenvolvimentos tardios, por permitir que a colina do Palatino fosse ocupada pelo arcádio Evandro antes que Enéas alcançasse o Lácio. Não sabemos quem foi o inventor desta história. Os romanos também chegaram a reconhecer uma contribuição etrusca ao povoamento original da cidade por vários expedientes, incluindo a ligação artificial de uma das três tribos de Rômulo, os Luceres, com os etruscos. Há mais do que uma premonição das atitudes futuras dos romanos para o império na sua defesa obstinada de sua própria identidade contra os gregos e etruscos, enquanto se declaram uma nação pronta a assimilar estrangeiros sem preconceitos raciais ou mesmo pretensões morais.

Surpreendentemente neste contexto, os romanos num período inicial deram sinais de que estavam prontos para identificar-se com os sabinos. Mostrando outro elemento de culpa sobre suas origens, que se sobrepôs ao do fratricídio, eles acreditam que Rômulo conseguiu a fusão com os sabinos raptando suas mulheres. Seu sucessor Numa Pompílio, um modelo de chefe religioso, era um sabino. Não é menos intrigante que o sabino Tito Tácio aparecesse como um rei conjunto com Rômulo. Por que deveria Roma ter tido primeiramente um rei conjunto potencial, Remo, e depois um rei conjunto temporário, Tito Tácio? A conexão possível com o duplo consulado da República romana aumenta a obscuridade ao em vez de afastar-se dela. Teríamos que saber mais sobre os primeiros contatos entre os latinos e seus vizinhos sabinos que, com seus ataques às planícies e colinas do Lácio (tal como Roma experimentou na metade do séc. V a.C., quando Appio Herdonio ocupou o Capitólio) e, provavelmente, com tentativas de assegurar a terra para si mesmos entre os latinos, devem ter criado ansiedade entre os romanos.

O que dissemos, entretanto, não pretende explicar o mito da fundação de Roma – apenas indicar a direção que os romanos deram ao seu futuro pela ideologia política implícita neste mito. Nós o entenderíamos melhor se soubéssemos se os etruscos usaram ingredientes similares em seus mitos. Uma loba alimentando uma criança humana aprece numa estela etrusca de Certosa de Bolonha atribuível ao séc. V ou IV a.C. Um escaravelho etrusco de cerca de 500 a.C. (coleção de Luynes em Paris) representa Enéas carregando seu pai. Estatuetas de Enéas na mesma postura foram encontradas em Veios. Porém estamos longe de saber o que os etruscos fizeram das crianças alimentadas por lobas ou de Enéas carregando seu pai, ainda mais porque as estatuetas de Veios podem ter pertencido ao tempo em que Veios era romana. Não podemos ter certeza de que os vasos áticos com representações de Enéas encontrados na Etrúria expressem o gosto dos clientes etruscos, ao invés do dos pintores atenienses. Outro fator sobre o qual gostaríamos de saber mais, é o papel da cidade latina de Lavínio na construção da lenda de Enéas. Dionísio de Halicarnasso viu um *heroon* de Enéas na cidade (1,64,5). Arqueólogos italianos acreditam tê-lo identificado em um edifício sagrado do quarto século a.C., o qual inclui uma tumba do sétimo século. No início do terceiro século a.C., Timeu ouviu dos nativos do Lácio que Enéas trouxe seus objetos sagrados para Lavínio (F.Gr.H. 566 F. 59). Esses objetos devem ser identificados com os *Penates populi romani*, os quais os cônsules romanos e os pretores, por exigência, deviam visitar em Lavínio a cada ano (Varrão, *De L.L.* 5, 144; Macrobo. 3, 4,11). Além disso, Lycophron, em *Alexandra* (séc. III ou IV a.C.), parece ser o primeiro a dizer que Enéas fundou Lavínio (implícito em l. 1259). Lívio e outros autores sabiam que Enéas havia morrido por afogamento no rio Numico, não longe de Lavínio, e

era venerado sob o nome de Júpiter Indiges. Uma inscrição de Tor Tignosa, próxima a Lavínio, com sua menção ao *Lar Aeneas* (A. De Grassi, *I.LL.R.P.*, 2, 1271) tem sido considerada por muitos como uma referência a este culto de Enéas. Cumulativamente, a evidência sugere uma velha preocupação em Lavínio com Enéas que pode ter precedido e inspirado o interesse de Roma por ele. Em todo caso, no momento em que os romanos decidiram ser troianos, sabiam que podiam contar com a simpatia de outras cidades latinas.

### III

Podemos agora nos voltar para a evidência arqueológica. Roma tem sido uma cidade para os vivos por cerca de três mil anos. Os vivos inevitavelmente destroem o passado para viver. O que sobra para os arqueólogos no melhor dos casos levanta o problema do quão típicos e representativos do período ao qual pertencem são os achados. Em anos recentes, a tecnologia moderna tem aumentado o perigo de uma total destruição dos traços do passado. Qualquer nova edificação em Roma ou qualquer nova estrada – especialmente novas rodovias – no Lácio é provável que cancele antigos vestígios. Muitas das descobertas arqueológicas recentes (por exemplo, no Castel di Decima) são resultados de trabalhos emergenciais de salvamento. O que se realizou permanece excepcional, tanto em qualidade quanto em quantidade. Tentaremos aqui resumir os mais importantes resultados históricos, e obviamente daremos atenção especial às escavações mais recentes, e apenas parcialmente publicadas.

No início do primeiro milênio a.C., havia muito mais florestas no Lácio do que podemos imaginar. Até as colinas romanas pareciam consideravelmente diferentes, com o Cole Ópio ainda unido ao Palatino e o Quirinal ao Capitólio. Um pequeno lago se localizava à frente do Coliseu e o Campo de Marte incluía um lago próprio, o lacus Caprae. Trigo (*triticum turgidum*, L., diferente de cevada, aveia etc.), vinho, óleo de oliva e até maçãs eram aparentemente novidades no séc. VIII a.C. Com o porto de Óstia ainda no futuro – a tradição o coloca na última parte do séc. VII a.C., a arqueologia parece baixar essa data para o séc. IV – apenas o local que chamamos Âncio era um porto seguro na costa. O movimento sazonal de gado – transumância –, sendo então como agora uma característica essencial da vida pastoril italiana, as estradas internas do Lácio ao longo dos rios Tibre e Aniene mantinham contatos com o mundo exterior da Etrúria, Campânia e Úmbria, cada qual com sua mistura peculiar de línguas, rituais religiosos e instituições políticas. Grupos de cabanas formavam as aldeias, que no século VII foram lentamente substituídas por assentamentos maiores compostos por edificações feitas de tijolo cozido ou não cozido. As primeiras fortificações nas vilas eram trabalhos de terra. Varrão ainda viu algumas delas dentro de Roma (*De L.L.* 5, 48: 143). O local onde Roma finalmente se desenvolveu era atraente àqueles que queriam atravessar o Tibre em seu caminho da Etrúria para a Campânia ou, mais urgentemente, precisavam do sal encontrado em abundância nas salinas da foz do Tibre.

A pequena população, que para os arqueólogos de hoje parece ser indistinguível de outros grupos da cultura do bronze dos Apeninos, começa a adensar-se e a adquirir características próprias no século X. Apesar de haver sistemas de classificação diferenciados, o esquema seguinte que basicamente remonta a H. Muller- Karpe em *Vom Anfag Roms*, Heidelberg 1959, se tornou um tipo de código reconhecido internacionalmente.

Cultura Lacial		
Fase I	idade do bronze final	1000 – 900 a.C.
Fase II A	idade do bronze recente	900 – 830 a.C.
Fase II B		830 – 770 a.C.
Fase III		770 – 730 a.C.
Fase IV A	estilo orientalizante recente e médio	730 – 630 a.C.
Fase IV B	orientalizante tardio	630 – 580 a.C.

Do que nos contam os dados presentes, a continuidade com os sítios precedentes pode raramente ser provada. Traços de ocupações precedentes têm sido, entretanto, encontrados – entre elas – no sítio de Roma tardia não muito longe do Fórum Boarium (recuando ao século XV a.C.), no sítio de Pratica di Mare (isto é Lavínio) e ao longo da costa em Ardea. Deve-se adicionar imediatamente que o nosso conhecimento de cemitérios é muito melhor do que o de assentamentos residenciais. O fato de que nas fases I e II A a cremação prevaleceu, quase que exclusivamente, em certos sítios, não reduz nossas chances de entendimento de como as pessoas viviam, porque as cinzas eram geralmente colocadas em urnas representando as cabanas dos mortos, e miniaturas (até mesmo em tamanho normal) que reproduziam os pertences do morto eram depositadas no local. A urna era por sua vez inserida em uma jarra de boca larga, o *dolium*. Por outro lado, a fase I é caracterizada pela ausência das típicas urnas protovilanovianas bicônicas, as quais estavam presentes em Allumiere, La Tolfa etc. Allumiere e a fase I do Lácio, entretanto, compartilham o costume do recipiente duplo para as cinzas. Assentamentos ao pé do vale podiam ser substituídos por sítios nas encostas oeste das colinas de Alba. As colinas de Alba – onde Albalonga estava situada (mais ou menos onde hoje é Castelgandolfo) – tem sido descrita como o berço da cultura da Idade do Ferro no Lácio, porém as evidências sobre a própria Albalonga são escassas, de forma que alguns estudiosos têm se perguntado se ela mesma existiu. Na fase II A, a inumação começa a competir com a cremação. É desnecessário dizer que as teorias que explicam a co-existência da inumação e da incineração como símbolo da co-existência de dois diferentes grupos étnicos são hoje desacreditadas. Mas é necessário lembrar que há apenas 50 anos atrás era certo acreditar que os ‘cremadores’ falavam um dialeto osco-umbro, quando não falavam o etrusco, enquanto a inumação era um sinal de latinidade. A arqueologia de F. von Duhn e a linguística de G. Devoto eram ambas confusas por causa desta mitologia. É verdade que Lavínio parece liderar nas práticas da inumação (embora a incineração tenha sido também localizada pó lá), e supôs-se que Lavínio tenha sido fundada por Enéas para preservar os deuses (Penates) trazidos por ele de Tróia. Mas o que podemos deduzir disto?

No séc. IX e no início do séc. VIII, as aldeias eram geralmente agrupadas. Não havia poder central aparente, ao menos em termos arqueológicos. Seria bom ver o estado do Lácio nestes séculos refletido na lista dos 30 povos do Lácio, os quais Plínio elenca em sua *História Natural* III, 69. Plínio certamente preserva a memória de um antigo ritual: o título de sua lista é: *triginta carnem in monte Albano soliti accipere populi Albenses*. Mas os nomes dos trinta povos dados por Plínio são dúbios por inúmeras razões, e mesmo seu número cria dificuldades. (Dionísio III, 31, 4; Lycophron 1253 ff.; cf. Diodoro 7,5,9; Dionísio V, 61. Dionísio IV, 49 dá os membros como 47). Não temos meios de decidir se a lista é devida às conjecturas de antiquários ou se reflete dados autênticos e, se autênticos, a qual século ela pertence. O que aprendemos das escavações é que nas fases II A e II B, aprox. de 900 a 770 a.C.; houve um crescimento no tamanho e uma reorganização de várias

necrópoles e das muito poucas aldeias conhecidas. No local conhecido em épocas clássicas como Tibur (hoje Tivoli), na colina onde hoje está Rocca Pius II, é evidente a reorganização da área de enterramento: tumbas individuais são cercadas por paredes circulares. Ao mesmo tempo, uma tendência a aumentar a ocupação das planícies se torna clara: em última análise, isso se deve ao crescimento de Roma. Uma necrópole muito impressionante começou a ser escavada em 1971 na moderna Via Prenestina, no lado oeste do agora seco lago de Castiglione. Ficou conhecida como a necrópole de Osteria dell'Osa. Era talvez um dos cemitérios da cidade de Gábios, um lugarejo misterioso onde Rômulo e Remo supostamente foram educados (Dionísio I, 84). Gábios foi absorvida no estado romano durante o séc. VI a.C.. O tratado entre Gábios e Roma inscrito em um escudo de couro, foi preservado no santuário de Semo Sancus, no Quirinal, e era uma das “curiosidades antigas” cara aos escritores da era de Augusto. (Dionísio 4, 58; Hor., *Epist.* 2, 1, 25; cf. Festus, s.v. *clipeum*,). Cerca de 200 tumbas foram encontradas no cemitério de Osteria dell'Osa, onde os professores de Rômulo, se existiram, supostamente encontraram seu descanso final. Tumbas contendo cremações *a pozzo* (no formato de um poço) e inumações *a fossa* (cova) estavam misturadas, sendo que o último tipo era a maioria. Pelos artefatos funerários parece que a cremação estava reservada aos homens adultos, apesar de alguns deles terem sido inumados como as mulheres e as crianças. Outra peculiaridade é que apenas os túmulos de cremações continham armas. Aqui, a cremação certamente é um sinal de status, e as cinzas eram colocadas em urnas representando moradas – presumivelmente enfatizando que o homem era um *pater familias*. Com o tempo (II B) a inumação parece se tornar regra. Podemos acrescentar aqui que a própria Gábios parece ter sido identificada, e um santuário do séc. VII e uma edificação do séc. VI foram explorados. O santuário do séc. VII guardava cerâmica ítalo-geométrica e coríntia, além de estatuetas votivas.

A fase III (770-730) apresenta em toda parte sinais de diferenciação social mais claros. O ferro agora é de amplo uso, e o bronze tem um valor de prestígio. Na fase III de Osteria dell'Osa, (a qual ainda permanece em sua maior parte não publicada), a cerâmica feita no torno aparece, e algumas tumbas se destacam por serem particularmente ricas. Armas são abundantes em tumbas masculinas; carros aparecem em tumbas de homens e de mulheres, e são, portanto, um sinal de status. Algumas cerâmicas pintadas parecem inspiradas por modelos geométricos gregos. Lembramos que a ilha de Ischia foi colonizada por gregos da Eubeia em aprox. 775 a.C., e que as importações gregas circundavam o Lácio em Veios, na Etrúria, e em Pontecagnano, Cápua e Cumas, na Campânia. Tomando a área como um todo, a produção artesanal parece ter ido além das necessidades locais e isso se deve, em parte, aos itinerantes ou imigrantes metalúrgicos e ceramistas. Um rico depósito de objetos de bronze pertencentes a esta fase III foi descoberto por acaso em Ardea, em 1952.

Isto é em termos cronológicos a idade de Rômulo, de acordo com a data convencional. Mas a arqueologia ainda não revelou nenhuma inscrição ou qualquer outro símbolo pertencente ao ato da fundação, se é que houve uma (como afirma a tradição, um ponto de alguma relevância). Ao contrário, há sinais de que o Palatino e o Fórum foram ocupados antes, pelo menos desde o séc. X, ao qual pertencem algumas tumbas descobertas no Fórum. Como já mencionado, em outros sítios vizinhos, a ocupação pode ter sido até mais antiga. As escavações da área de S. Omobono têm revelado materiais que remontam ao séc. XV a.C., embora misturados a estratos mais tardios. Não há confirmação arqueológica da tradicional data de fundação de Roma no séc. VIII (e há na verdade,

algumas evidências contrárias). É bem verdade que três solos de cabanas pertencentes ao séc. VIII foram descobertas no Palatino, mais precisamente no lado voltado para o Germalo, em 1948. Eles incluem buracos para a colocação de postes de madeira, os quais devem ter formado a sólida estrutura para as paredes. Com a ajuda das moradias representadas pelas urnas funerárias é possível reconstruir uma destas cabanas, e se dar o prazer de imaginar que esta seria a *casa* ou *tugurium Romuli*, a cabana de Rômulo, que foi preservada naquele local até o final da antiguidade. Mas não há nada que suporte estas fantasias.

O Fórum, que abrigou inúmeras tumbas (de inumação e de cremação), no séc. IX e possivelmente no início do séc. VIII, deixou de ser utilizado para enterramentos no início do século VIII. O cemitério do Esquilino parece ter sido o substituto principal. Apenas crianças eram ainda enterradas no Fórum, sob as cabanas, nos sécs. VIII e VII. O Fórum era certamente uma área residencial no século VII e há sinais de ocupação na colina do Capitólio. Os dados arqueológicos não permitem que decidamos se Roma resultou da associação de aldeias pré-existentes ou da criação de uma organização central, digamos, no Palatino – à parte a possibilidade de que os dois fenômenos fossem simultâneos. Sinais de riqueza aparecem em algumas das tumbas no Esquilino, pelo menos numa delas onde havia um carro entre os artefatos funerários. O cemitério Esquilino deve ter durado, a julgar por alguns vasos gregos lá encontrados, até pelo menos 630 a.C.: de fato foi provavelmente utilizado ainda muito tempo depois. Fora de Roma, em 1975, a descoberta de um sítio proto-histórico desconhecido em La Rústica, na Via Collatina, ampliou nosso conhecimento sobre a fase III e sua riqueza em objetos de bronze.

A fase IV pode ser mais bem apreciada porque nos lembra imediatamente de coisas que vimos em outros lugares, em civilizações que há muito tempo são familiares. O estilo orientalizante na Itália é de fato uma mistura de técnicas e objetos vindos da Grécia e do Leste. Sem dúvida artesãos gregos e orientais poderiam estar no local para trabalhar para os novos-ricos aristocratas e tiranos; mas, afinal, os gregos estavam aparecendo fortemente na costa tirrena (Cumas) e na Sicília, e os fenícios estavam presentes na Sardenha e também na Sicília. Quanto aos etruscos, podem ou não ter vindo do leste nos séculos IX e VIII. Aos sítios que já mencionamos deve ser adicionado mais um devido a sua importância. Na estrada antiga para Lavínio, 18 km ao sul de Roma, o local de Castel di Decima é famoso desde 1971, quando então se tornou óbvio que uma necrópole arcaica corria perigo de destruição por causa do trabalho para a nova Via Pontina. Apesar de lá haverem tumbas de períodos mais recentes, Castel di Decima é essencialmente um documento da fase orientalizante do Lácio com sua nova ostentação de riqueza, às vezes de origem exótica. Uma característica interessante desta necrópole é que algumas das tumbas (todas para inumações) possuem apenas espadas no seu mobiliário, outras apenas lanças, e outras contendo ambas. As tumbas conhecidas da nova necrópole somam mais de 350. O elemento do acaso nos achados das tumbas contendo espadas e lanças dificulta explicar o padrão de distribuição. Pode ter algo relacionado com status ou idade. No exército arcaico romano os “*hastati hasta pugnabant*”, como Varrão diz (De L.L. 5, 89), “*principes gladiis*”. Isto é, os soldados mais jovens (*hastati*) tinham lanças, os mais velhos, espadas. As tumbas davam sinal de grupos familiares, e de continuidade através de algumas gerações. Carros são novamente encontrados para homens e mulheres. Duas tumbas merecem uma atenção especial: a tumba XV, que deve ter pertencido a um homem muito poderoso, para o qual caçadas e disputas eram familiares. Ele acumulou muita riqueza em bronze, alguns vasos gregos (como aríbalos proto-coríntios do final do séc. VIII) e pelo menos uma ânfora

fenícia. A outra tumba, CI, era de uma mulher, que tinha não apenas um carro, mas jóias refinadas de prata e ouro. Um peitoral de ouro e âmbar, uma veste de prata costurada com âmbar entalhado e contas de vidro, e anéis espirais de ouro para os cabelos, sugeriram o título “tumba da princesa” para este enterramento. Seria bom saber o nome do local onde esta princesa viveu. Foi proposto Politorium, um lugar dito ser conquistado por Anco Marcio em seu caminho para Óstia (Dionísio 3, 38; Liv 1, 33, 3). A cidade correspondente à necrópole de Ponte Decima foi provavelmente identificada não muito longe no Monte Cicoriaro. Se o trabalho de sua defesa em *cappellacio* corresponde ao séc. VI, a identificação com Politorium não seria afetada, mas a destruição de Politorium por Anco Marcio antes de 600 a.C. torna-se difícil de acreditar.

Nada tão espetacular foi encontrado em Roma ou em Lavínio. Conforme já mencionado, um impressionante monumento, pertencente a vários períodos, foi encontrado em Lavínio. Em seu estrato mais antigo há uma tumba contendo material orientalizante do séc. VII, ao qual uma enócoa de bucchero do séc. VI foi mais tarde adicionada. A tumba foi renovada e se tornou uma capela no séc. IV, para a qual têm sido sugeridas identificações com o heroon de Enéas. Outro santuário remonta ao final do séc. VI e pode ter tido relações tanto com o culto de Enéas como com a Liga Latina: em seu estágio final, no IV séc., continha treze altares, um dos quais não estava mais em uso. Estes santuários eram extra-urbanos, assim como outro no qual cerca de 60 grandes estátuas foram encontradas datando do séc. VI ao IV. Quatro delas representam Minerva. A maior, do séc. VI, mostra Minerva acompanhada de Tritão, a *Tritonia virgo* de Virgílio (2,171; 5, 615). Um santuário de Minerva em Lavínio era conhecido do poeta grego Lycophron (Alex, 1281).

Adicionemos mais detalhes ao período orientalizante, de outras explorações recentes. Na Laurentina (nome moderno), na Via Laurentina, num local chamado Acqua Acetosa, uma necrópole foi descoberta em 1976, que pode rivalizar com Castel di Decima em importância. Até agora, foram encontradas 50 tumbas, elas são ricas, contendo ornamentos femininos de ouro e prata. Estão organizadas em grupos distintos formando círculos, com uma ou mais tumbas importantes ao centro. As tumbas centrais continham carros (também para mulheres) e itens de prestígio, com grande quantidade de cerâmica, algumas gregas e fenícias. O interesse no local aumenta com a identificação da área residencial. Cerâmica ática de figuras negras do último quarto do séc. VI foram encontradas nos arredores. Dois fragmentos cerâmicos com as inscrições “Manias” e “Karkafaios”, contêm aparentemente dois dos mais antigos nomes já encontrados no Lácio. Finalmente, outro assentamento do período orientalizante foi identificado na antiga Ficana, na colina do monte Cugno, voltada para a planície do rio Tibre (entre Roma e Acilia). A fortificação (*agger*) parece pertencer ao final do séc. VIII. A partir da metade do séc. VII, cabanas deram lugar, em alguns casos, a construções com dois aposentos. Um santuário ou edifício público era decorado com revestimentos de terracota representando uma procissão de carros e guerreiros (final do séc. VI). Uma necrópole de aprox. 60 tumbas mostra um forte declínio do mobiliário funerário. Para o fim do séc. VII toda a exibição de riqueza desaparece, mas o cemitério permanece. Sob este ponto de vista, Ficana nos coloca com particular clareza o problema geral sobre o que causou a mudança de tumbas de prestígio para tumbas austeras, observável em todo o Lácio no final do período orientalizante entre 600 e 580 a.C. O mesmo problema é colocado pelas tumbas com câmaras de Torrino próximo à Via Laurentina (*Archeologia Laziale* IV, 1981, 57-65). As pessoas cessaram de exibir riquezas, ou melhor, ocultar prestígio e, portanto, riqueza infrutífera, em suas tumbas.

Descobertas anteriores, no século passado, revelaram o que a riqueza da classe superior no séc. VII poderia estar no seu auge. Preneste (moderna Palestrina), em uma esplêndida (mas não totalmente identificada) posição fortificada no Monte Ginestro, começou a atrair o interesse de arqueólogos e ladrões em 1738 quando uma das obras de arte do período arcaico – a Cista<sup>2</sup> Ficononi – foi descoberta. Era uma lembrança de que Preneste tinha sido famosa na antiguidade por seu fino bronze. A primeira grande tumba de estilo orientalizante propriamente reconhecida foi a tumba Barberini de Preneste. Descoberta em 1855, está hoje no Museu de Villa Giulia em Roma. A tumba Castellani foi descoberta em 1861-2; a tumba Bernardini em 1876. Estas tumbas são caracterizadas por uma riqueza e beleza quase inacreditáveis de seus objetos de metal e de marfim. A comparação mais óbvia é com a tumba de Regolini-Galassi de Cere (atual Cerveteri), a qual está preservada no museu do Vaticano. Alguns dos objetos são certamente de origem oriental (Assíria, Urartu, Fenícia, Chipre), mas alguns artistas destes locais podem ter trabalhado no Lácio ou em Ischia. Nem todos os objetos foram mantidos juntos pelos descobridores. Um, uma fíbula de ouro onde se lê: “Manios méd vhevhaked Numasioi” – talvez o mais famoso objeto inscrito de todo o Lácio – levanta duas dúvidas, uma sobre sua origem e outra sobre sua autenticidade. Foi publicada em 1886 por um eminente arqueólogo, W. Helbig, sem indicações de sua origem. Mais tarde, Georg Karo declarou que Helbig havia lhe dito que a fíbula, valiosa, tinha sido roubada da tumba Bernardini. Entretanto, dúvidas têm sido recorrentes sobre a autenticidade da fíbula, e também de sua inscrição, que, se genuína, seria o mais antigo texto latino, talvez do final do séc. VIII a.C. Enquanto o professor A.E. Gordon de Berkeley, depois de um exame cuidadoso de todos os elementos envolvidos, ficou inclinado a dar a fíbula como autêntica, M. Guarducci, em um memorando da Accademia dei Lincei em 1980, concluiu que não só a fíbula era falsa, como deu Helbig como falsificador. Ela se baseou em dados linguísticos por E. P. Hamp, *Am Journ. Phil.* 102, 1981, 151.

Com ou sem a fíbula de Manios, Preneste oferece uma imensa riqueza de objetos arcaicos, maior do que qualquer outro local no Lácio. Tibur, porém, oferece algo menos precioso, embora, de uma outra forma, interessante em uma tumba com vários objetos de marfim no estilo orientalizante; e Sático (entre Anzio e Cisterna) trouxe à luz uma coleção de objetos artísticos nas *stips* (oferendas) do templo de Mater Matuta, na sua fase orientalizante. As *stips* também continham um vaso, um cálice de bucchero de cerca de 620-600 a.C., com a inscrição etrusca feita por um homem de Cere (cf. *Studi Etruschi* 42, 1974, 263).

*mi mu (lu larisal) e velxainasi*  
Eu dado por Laris Velchaina

Continua em aberto a questão se Roma tinha algo a oferecer de riqueza comparável, especialmente em matéria de tumbas dos sécs. VIII e VII a.C. As tumbas do Esquilino, até onde vai nosso conhecimento, ainda não nos deram nada tão opulento. É possível que isso, entretanto, seja um erro. Talvez as tumbas mais ricas tenham sido saqueadas há muito, ou mesmo ainda aguardem a descoberta. Mas devemos também considerar as duas outras

---

<sup>2</sup> Cista é uma caixa com tampa, em geral de bronze, utilizada como baú para conter peças de tecido e outros objetos. As cistas etruscas são famosas pelo tipo de decoração gravada, que reproduzem cenas mitológicas geralmente.

possibilidades: Roma pode nunca ter tido uma aristocracia tão rica, comparável à de Preneste, ou que em Roma, a lei ou costume interferiram antes do que nos povoados vizinhos, para desencorajar a acumulação (ou eliminação) de riquezas em tumbas. Nos sécs. VI e V a.C., Roma claramente compartilhava dos ideais da austeridade aristocrática de seus vizinhos latinos (mas não etruscos).

Os achados em Roma são decepcionantes, no sentido que nos contam muito pouco sobre o que estava acontecendo fora da zona do Fórum e do Palatino. Seria interessante saber algo sobre o Quirinal, que nossa tradição histórica conecta historicamente com uma população sabina. Mas as poucas tumbas do séc. VIII lá encontradas não nos dão informação exata sobre a data, extensão e características étnicas do sítio. Um depósito num poço perto da igreja de S. Maria della Vittoria, contendo cerâmica, bronzes e outros objetos foi descoberta em 1875, e pode ser proveniente de um santuário do Quirinal do séc. VIII ou VII, mas não é muito revelador. Menos ainda se sabe sobre as outras colinas, como o Monte Célio e o Aventino. Esses são bairros da Roma moderna, onde não é possível se escavar *ad lib.*<sup>3</sup> Entretanto, é sintomático que a zona Palatino-Fórum permaneça central para os arqueólogos modernos, assim como foi para os historiadores romanos da época de Augusto. O centro do poder parece de fato ter sido lá – e expresso não por ricas tumbas, mas por uma organização urbana progressiva. Há claros sinais de que em cerca de 635-575 a.C., o Fórum foi pavimentado e transformado de uma área residencial para um local público com edifícios cerimoniais. A área do *comitium* parece ter estado pronta para receber assembléias a partir de 600 a.C.: um edifício no *comitium* tem sido hipoteticamente identificado com a primeira *curia Hostilia*, um lugar para o Senado. Num estágio um pouco posterior (575-550), o local incluiu o *lapis niger* – a assim chamada tumba de Rômulo descoberta em 1899. Se um fragmento de um vaso de figura negra ático com uma representação de Hefestos (Vulcano) ajuda a provar que o local era o Vulcanal, não é possível confirmar. Frank Brown, que escavou a *Regia*, pensou primeiramente que o local, apesar do nome, pudesse ter sido construído para o sacerdote chamado *rex sacrificulus*, que teria sido responsável por algumas funções sagradas dos reis depois do fim da monarquia. Mas, em declarações mais recentes, Brown indicou a existência de estratos mais antigos da *Regia* que recuavam pelo menos ao fim do séc. VII. A identificação do local é confirmada por um vaso de bucchero de data discutida dentro do séc. VI, com a palavra *rex* inscrita (M. Guarducci, *Vestigia*, 17, 1972, 381-384). Se este era o local onde os reis cumpriam alguns de seus deveres, era um local modesto. Edificações de templos começam a surgir em torno do Fórum e em seu interior: foram descobertos relevos ornamentais de terracota desses templos. Não temos idéia de quando data a primeira construção do templo da deusa Vesta. Sua estrutura circular sugeriu uma ligação um tanto duvidosa com as cabanas de Roma primitiva. Há também sinais de atividades religiosas no Capitólio a partir final do séc. VII (oferendas votivas) antes da construção do grande templo. Uma zona que provou ser do maior interesse é o Fórum Boarium, onde hoje está a igreja de S. Omobono. Explorações que começaram em 1938 revelaram um local de culto a céu aberto do final do séc. VII, seguido por um templo com decorações de terracota de cerca de 575 a.C. Por volta de 525 o templo foi reconstruído em escala maior e sobre um novo podium.<sup>4</sup> Depois da destruição no final do séc. V, um novo podium e mais alto serviu de base para dois templos,

---

<sup>3</sup> *Ad libitum*= a vontade, a gosto, livremente.

<sup>4</sup> Podium=pódio, a base do templo, que lhe dava uma elevação acima do solo e provida de degraus para acesso.

certamente identificados com aqueles de Fortuna e Mater Matuta atribuídos por tradição a Sêrvio Túlio. O culto destas duas deusas, claramente, pode ter sido mais antigo e, portanto, devido a iniciativa de Sêrvio; mas não há evidências arqueológicas. Influências gregas e Etruscas – de fato, mitos gregos – são evidentes na decoração destes templos e também nas oferendas da *stips votiva* com suas variedades de cerâmicas locais e importadas (incluindo a ática). Um item significativo é um leão de marfim com a inscrição etrusca de um nome pessoal. Nestes edifícios públicos, captamos o aroma da vida social organizada e dos contatos culturais de Roma do séc. VI. Curiosamente, não estamos muito certos de como esta cidade era protegida contra ataques. A opinião geral é de que as mais antigas defesas de Roma eram representadas por um grande muro de terra (*agger*), com cinco ou seis metros de altura, acompanhado por um fosso, que se pode seguir por um trecho em torno do Quirinal, Viminal e Esquilino. O muro de terra teria precedido o de pedras, o *murus lapideus*, datado de depois da invasão gaulesa de 390 a.C., o qual é feito do típico tufo *grotta oscura*. Mas há três questões sobre este muro de terra – uma sobre a data, outra sobre sua extensão e a terceira sobre sua relação com estranhos pedaços de diferentes paredes de pedra (de uma pedra chamada localmente *cappellaccio*). Nas fundações do muro de terra, o *agger*, foi encontrado um pedaço de vaso ático, datado de cerca de 490-470 a.C. Alguns estudiosos, incluindo E. Gjerstad, estão convencidos de que um fragmento de cerâmica grega seja suficiente para datar toda a trincheira. Isso significaria que o *agger* poderia datar de cerca de 407 a.C. Mas podemos fazer tal datação com base em um fragmento de cerâmica grega? Em segundo lugar, mesmo se aceitarmos que este grande muro de terra é o mais antigo tipo de fortificação, não estamos certos se esta cruzaria os vales e abraçaria o Célio, o Palatino e o Capitólio. Por sua vez, a sugestão de que as seções do muro de *cappellaccio* poderiam também ser arcaicas e servir para suplementar as fortificações de terra é baseada em premissas cronológicas duvidosas.

Com ou sem um muro, os cidadãos de Roma parecem ter sido menos hábeis ou prontos para exibir riquezas em suas tumbas do que alguns cidadãos de Preneste e até de Sâtrico, Tibur e do desconhecido lugarejo hoje chamado Castel di Decima. Coloquemos a questão sob o ângulo oposto: o que poderia ter provido alguns membros da comunidade de Preneste de tanta riqueza inútil para exibir ou ocultar em tumbas? Podemos imaginar algum tipo de barões ladrões (*robber barons*)<sup>5</sup> que de alguma forma aterrorizavam a vizinhança, controlavam estradas de comunicação e, portanto, o comércio, e extraíam tributos ou presentes de suas vítimas. Não é fácil de explicar porque Preneste foi um local favorecido para tais barões ladrões viverem e morrerem, mas de qualquer forma, Preneste era uma fortaleza natural onde a pilhagem poderia ser conservada com segurança. A possibilidade de que esta exibição de riqueza fosse resultado de um misto de bando guerreiro e de um comércio de monopólio pode ser confirmada apenas por evidências literárias.

A evidência arqueológica sobre o Lácio que consideramos brevemente, nos dá alguma idéia de como locais particulares se desenvolveram na direção de uma crescente diferenciação social, casas mais sólidas, templos permanentes (em contraste com os santuários ao ar livre), defesas fortificadas, drenagem para a agricultura e para propósitos urbanos, e finalmente troca local e de longa distância de mercadorias. A formação de elites militares e econômicas caminha junto com a aquisição de bens seja pela troca de presentes

---

<sup>5</sup> Termo usado para caracterizar os banqueiros e capitães de indústria do final do séc. XIX, tais como Andrew Carnegie, da “Carnegie Steel”; John Rockefeller, da “Standard Oil”; Cornelius Vanderbilt, das estradas de ferro e J.P. Morgan, banqueiro.

ou por transações comerciais diretas. Influências estrangeiras podem ser vistas no estilo dos objetos – principalmente da Etrúria e de centros gregos, e menos comumente da Fenícia e, talvez através da Fenícia, de outras cidades do Oriente próximo, incluindo Urartu. É provável *a priori* a presença de comerciantes estrangeiros e artesãos e, em poucos casos, epigraficamente confirmada. Latinos, gregos e etruscos aparecem em Roma e certamente falavam suas próprias línguas. Mas o único texto oficial (*lapis niger*) está em latim. Até agora não há evidência de que o etrusco sequer tenha sido a língua do governo em Roma. A escrita aparece em Roma por volta de 600 a.C. A existência de inscrições é por si mesma um sinal do aparecimento da consciência individual e de grupos que estão preocupados em se auto-promover em santuários. Alguns deles são certamente estrangeiros como Laris Velchaina de Cere que faz uma oferenda para Mater Matuta de Sátrico e, provavelmente aos companheiros de Publio Valério no mesmo lugar, ao qual retornaremos mais tarde. A mobilidade de local para local é, de fato, sugerida geralmente pelas inscrições: há um Tite Latine em Veios (*Opusc. Archaeol.* 7, 1952, 57) e um Kalaturus Phapenas em Cere (M. Pallotino, *Testimonia Linguae Etruscae* (T. L. E. ), 65) cujas origens latinas são evidentes. Um Rutile Hipukrates em Tarquínia (T.L.E, 155), tem um nome que é meio latino, meio grego (veja na pág. 413). Um membro da *gens* Venturia, encontrado mais tarde em Roma, é mencionado numa tumba de Preneste (*Dial. d'Arch.* I, 1967, 98)

Mesmo a evidência epigráfica é suficiente para revelar a existência de um desenvolvimento revolucionário no sistema onomástico na Itália central que aconteceu entre os sécs. VIII e VI a.C. Dialetos latinos, etruscos faliscanos e osco-umbros substituíram lentamente a combinação do nome pessoal com o patronímico pela combinação de um nome pessoal (mais tarde frequentemente abreviado e chamado de *praenomen* em latim) com um nome indicando ser membro de um clã, ou seja, descendência de um ancestral comum (o *nomen gentile* dos romanos). Obviamente, as implicações dessa mudança para a vida social podem ser elaboradas apenas com referência às evidências literárias. Mais uma vez a evidência arqueológica, acompanhada ou não por evidências epigráficas, nos remete à tradição literária. O mesmo se aplica para outras grandes questões levantadas pela evidência arqueológica. As armas e armaduras encontradas em tumbas ou mostradas em relevos indicam que táticas gregas de cavalaria e infantaria penetraram no Lácio (e na Etrúria) no século VII a.C., embora machados duplos e carros sobrevivessem para propósitos cerimoniais se não para lutas verdadeiras. Mas a arqueologia sozinha não pode esclarecer os modos, os limites e as consequências sociais da helenização da guerra na Itália central.

#### IV

Em três pontos a tradição literária pode ser imediatamente comparada com a evidência arqueológica. A primeira é a data da fundação de Roma. Aqueles que consideram Enéas como fundador ou um dos ancestrais próximos dos fundadores de Roma tendem a datar Roma não muito depois da Guerra de Tróia. Esta foi aparentemente a escolha de Enio que considerou Iliá, mãe de Rômulo, como filha de Enéas. Ele afirma numa passagem dos *Anais*: “septingenti sunt paulo plus aut minus anni, augusto augurio postquam incluta condita Roma est”. A questão é desde quando ele começou a contar seus 700 anos. Se, como parece provável, atribuiu estas palavras a Camilo, ele coloca as origens de Roma no início do séc. XI a.C. Desta forma, se torna ainda mais impressionante que os historiadores

e antiquários romanos tenham atribuído datas para a fundação de Roma no séc. VIII a.C. Fábio Pictor, em 784 a.C.; Políbio, em 751; Ático (amigo de Cícero), seguido de Varrão, em 753, enquanto os antiquários responsáveis pelo *Fasti Capitolini*,<sup>6</sup> escolheram 752. A data mais estranha entre os historiadores de Roma é de 728 a.C., preferida pelo contemporâneo de Fábio Pictor, Cincio Alimento. A data referida por Timeu, 814 a.C., foi aparentemente ditada pelo desejo de datar as fundações de Cartago e Roma no mesmo ano, isto é, determinada pela data atribuída à fundação de Cartago, que, entretanto, de modo geral concorda com as datas romanas. Os historiadores romanos estavam obviamente começando a partir da data da fundação da República, que foi fixada pela lista dos cônsules (*Fasti*) por volta de 509-506 a.C. Mas por que atribuíram um período de 250 anos para a monarquia? A duração dos reinos individuais dos sete reis canônicos de Roma não é plausível (uma média de 35 anos para cada rei) e parece fabricada artificialmente. Mas simplesmente não sabemos porque a tradição romana escolheu fixar a data do nascimento de Roma no séc. VIII. É mais fácil explicar porque Roma deveria ter uma data precisa de fundação. Embora, sem dúvida, muitas cidades nunca tenham sido fundadas e simplesmente evoluíram de uma ou mais aldeias, rituais de fundação de cidades eram conhecidos dos etruscos, gregos e latinos. Os romanos, sendo eles mesmos fundadores de cidades, consideravam sua cidade como tendo sido ritualmente fundada. Eles podiam até não ter estado totalmente errados. O caráter de algumas instituições básicas romanas (três tribos, trinta *curiae*) pressupõe a intervenção de uma mente organizadora desde um primeiro estágio. O homem que organizou Roma em três tribos e trinta *curiae* (cúrias) pode ser chamado o fundador de Roma. O problema é que não sabemos quem ele era ou quando viveu.

Em segundo lugar, a tradição literária ajuda a determinar pelo menos certos estágios de extensão gradual do território romano em seus vários aspectos. Os romanos sempre fizeram uma distinção entre as fronteiras sagradas da cidade (*urbs*) e as fronteiras do *ager romanus*. Não há razão para duvidar que esta distinção data das origens da cidade. A mais antiga fronteira sagrada (*pomerium*) da *urbs* parece ter definido um assentamento no Palatino. Tácito, *Anais* 12, 24, dá alguns detalhes sobre isso, mas não sabemos com qual autoridade. O *pomerium* do Palatino pode ter coincidido com o itinerário dos Luperci<sup>7</sup> em seu festival – ou pode ter sido deduzido dele por especulação de algum antiquário do final da República. Tácito também diz que o Fórum e o Capitólio foram incorporados no *pomerium* no tempo de Rômulo por Tito Tácio, enquanto Tito Lívio, 1, 44, 3, afirma que o Quirinal, Viminal, e talvez o Esquilino foram adicionados por Sêrvio Túlio. A tradição sobre o Monte Célio é particularmente confusa: os primeiros seis reis estão envolvidos. Não há menção em outras fontes sobre extensões tardias do *pomerium* até o período de Sila. O *pomerium* veio a significar (gradualmente, pode-se pensar) a zona na qual o chefe ou chefes do estado tinham poder civil, mas não militar. A *comitia centuriata*, que era uma assembléia militar, se localizava fora do *pomerium*, no Campo de Marte.

É muito difícil compreender as relações entre o *pomerium* e o Septimontium. O último era um festival, que quase certamente incluía uma procissão, que envolvia seções do Palatino (Germalus, Palatium), e a Velia, três seções do Esquilino (Oppius, Cispius e Fagutal), o Célio e aparentemente o vale do Subura entre o Cispio, Opio e Velia (Festus, p.

---

<sup>6</sup> Lista dos cônsules registrada e mantida no Capitólio desde o início da República romana.

<sup>7</sup> Sacerdotes da Lupercália, festa anual celebrada na Roma antiga, em 15 de fevereiro, em honra do deus dos bosques Lupercus, para obter a prosperidade dos campos e do gado.

458; 476 L.). O Septem Montes (e mais um vale!) evidentemente não são as sete tradicionais colinas de Roma (Palatino, Quirinal, Viminal, Esquilino, Célio, Aventino e Capitólio). O Septimontium implica em uma ligação especial entre três dessas sete colinas. Tal ligação pode ter se desenvolvido antes de Roma se estender pelas sete colinas, mas não há certeza de que ela não tenha se desenvolvido mais tarde no interior da cidade maior. Outra cerimônia que pode ou não apontar para um estágio no desenvolvimento de Roma, (que não apresenta outros testemunhos) é aquele misterioso festival dos Argei, cuja topografia é cuidadosamente descrita por Varrão, *De L.L.*, 5, 45. Bonecos chamados Argei<sup>8</sup> eram coletados de 27 capelas espalhadas por Roma excluindo o Aventino e o Capitólio. Eles eram jogados dentro do Tibre por virgens vestais.

As dimensões de Roma dentro do *pomerium* no final da República são calculadas em 285ha. Fora do *pomerium* havia o *ager Romanus*, que por sua vez requeria purificações anuais. Algumas informações sobre essas purificações nos permitem definir o que estimamos ser o mais antigo território do Estado Romano. A cerimônia da *Ambarvalia* era realizada entre a quinta e sexta milhas a partir do Fórum (Estrabão 5,3,2) e a da *Terminalia* na sexta milha na Via Laurentia (Ovídio, *Fasti*, 2, 679). As Fossae Cluiliae que aparecem em várias tradições como a fronteira de Roma na Via Latina, estavam a cinco milhas do Fórum (cf. Liv. 1, 23). Um cálculo aproximado dá mais ou menos 150 km<sup>2</sup> para o mais antigo *ager romanus* conhecido. Naturalmente, havia ganhos e perdas: sabemos que os chamados “septem pagi” representavam uma questão de disputa com os etruscos. Mas no final da monarquia, quando Roma havia absorvido mais ou menos definitivamente muitas comunidades vizinhas, como Alba Longa, Crustumium, Nomentum, Collatia, Corniculum, Ficulea, Cameria etc., o território romano atingia cerca de 800 km<sup>2</sup>. Foi então (ou mais tarde) distribuído entre 16 tribos “rústicas” (em oposição às tribos urbanas) que recebiam seus nomes particulares principalmente do clã principal (*gens*) proprietário das terras de cada uma.

Em terceiro lugar, e finalmente, a evidência literária nos permite dizer algo mais (porém não muito mais) sobre os laços que uniam Roma com outras comunidades que falavam a língua latina. Desde tempos imemoriais, Roma pertencia à Liga Latina. Quando esta estava totalmente sob seu controle, no final do séc. IV, seu centro era no templo de Júpiter Lacial (Iuppiter Latiaris) no Monte Albano (Monte Cavo). Os sacerdotes do festival anual da Liga eram chamados Sacerdotes Cabenses, sendo Cabum uma aldeia na vizinhança de Alba Longa, cidade dos ancestrais de Rômulo, segundo relatos, destruída por romanos sob Tulo Hostílio (Plínio, N.H., 3, 64). Como mencionamos, os membros da Liga consistiam em 30 *populi* ou comunidades com direito a compartilhar a carne dos sacrifícios, e proibidas de lutar entre si durante o festival (Dionis. 4,49; Macrob. 1, 16, 16). Além do templo de Júpiter Lacial, a cidade de Lavínio tinha um papel especial nesta Liga. Os deuses *Penates*, “*Sacra principa*” dos romanos, eram mantidos lá (Dessau *I.L.S.* 5004; Varrão, *De L.L.* 5, 144). É óbvio que esta situação tardia preservou elementos de tempos remotos quando Roma ainda não era o poder dominante no Lácio. Mas não sabemos se nestes tempos remotos a Liga centrada no Monte Albano perseguia objetivos políticos definidos; e também não sabemos qual a exata relação entre o santuário do Monte Albano e outros santuários latinos, como o “*ad caput aquae Ferentinae*”, aparentemente não muito

---

<sup>8</sup> Esses bonecos de palha eram carregados em procissão em torno da cidade, em 16-17 de março e 14 de maio. No final de maio, na cerimônia, eram jogados da Ponte Sublícia. Este ritual foi interpretado por historiadores antigos e modernos como um substituto para o sacrifício humano.

longe (Festus, p. 276 L.), ou aquele de Diana, numa floresta perto de Aricia, que pode ter se tornado um centro anti-romano no início do séc. V (pelo menos é o que se pode inferir da inscrição de Catão, fr. 58 Peter). Temos, entretanto, indicações definitivas de que sob os dois Tarquínios e Sêrvio Túlio os romanos conseguiram por um período controlar uma grande porção do Lácio. Creditava-se legitimamente a Sêrvio Túlio, com base na documentação sobrevivente, o estabelecimento de um santuário latino de Diana imediatamente fora do *pomerium* de Roma, no Aventino (Dionísio 4, 26; Varrão *De L.L.* 5, 43; Dessau *I.L.S.* 4907), que se destinava a atrair os latinos para Roma e talvez tenha representado uma “zona franca”, onde podiam fazer comércio sob proteção divina. Já nos tempos do início da República, em seu primeiro tratado com Cartago (se Políbio 3, 22 está correto em sua datação) os romanos reivindicavam uma posição hegemônica no Lácio. Mais precisamente, os romanos dividiram os povos do Lácio em três grupos: aqueles diretamente incorporados ao Estado Romano (não mencionados desta forma); aqueles que eram “súditos” (Ardea, Âncio, Circei, Terracina e talvez Lavínio), e os “não súditos”, mas, dos quais os cartagineses tinham que manter distância do mesmo jeito (não são dados nomes). A jovem República, entretanto, não foi capaz de manter tais reivindicações por muito tempo. Não muito mais tarde teve que fazer um tratado de aliança com os latinos (*foedus cassianum*) em termos diferentes. O texto relatado por Catão na liga centrada no santuário de Diana próximo a Aricia pode bem representar um estágio entre as reivindicações romanas no tratado com Cartago e o acordo mais modesto do *foedus cassianum*. Em relação às cidades latinas isoladamente, uma variedade de acordos (com uma correspondente variedade de fórmulas legais) deve ter se desenvolvido durante a expansão de Roma no Lácio. Poucos traços sobrevivem. A posição especial mantida pela pequena cidade de Gábios em relação à lei sagrada pode remontar ao período monárquico: o *ager Gábiosnus* tinha uma posição entre o *ager romanus* e o *ager peregrinus* (Varrão, *De L.L.* 5, 33). As Doze Tábuas implicavam na pré-existência de privilégios para as misteriosas comunidades do Forcti e Sanates (sobre as quais os romanos mais recentes quase nada lembravam; Festo, p. 474 L.).

Podemos encerrar essa seção dizendo que até agora nenhum suporte arqueológico foi encontrado para a auto-propalada tradição romana de que os latinos de Rômulo logo se puseram de acordo com o sabinos de Tito Tácio. A tradição também sugere, apesar de não muito consistentemente, que o assentamento sabino era no Quirinal, que Quirino era um deus sabino (Varrão, *De L.L.* 5, 74; mas Liv.1, 33) e que Quirites era um segundo nome dos romanos por causa de sua componente sabina. A noção de que Quirino era sabino estava tão enraizada, que no séc. III a.C. os magistrados romanos decidiram chamar de Quirina a tribo que foi criada para incorporar os habitantes sabinos do Reate, Amiternum e Nursia. Alguns detalhes das instituições religiosas romanas podem dar suporte à noção de uma colina Quirinal sabina. Aqueles sacerdotes arcaicos, os Sali, eram divididos em dois grupos: um chamado Sali Palatini, e outro Sali Collini (onde ‘collis’ parece significar ‘quirinalis’). Há traços de um Capitulum Vetus no Quirinal em contraposição ao verdadeiro Capitólio (Varrão, *De L.L.* 5, 158; Marcial, 5, 22 e 7, 73). Pode-se ir além. Os Luperci eram divididos em dois grupos, Fabiani e Quinctiales. A divisão, diferentemente da dos Sali, é de acordo com os clãs, *gentes*, não de acordo com lugares. Mas a *gens* Fábia é conhecida por ter conexões de culto com o Quirinal (Liv. 5, 46, 2; 52, 3) e pode-se, portanto, supor que tenham representado os sabinos na Lupercalia. Entretanto, os argumentos para um assentamento sabino no Quirinal não são muito fortes. Eles não podem ser reforçados por argumentos linguísticos. Os sabinos falavam um dialeto do grupo

Umbro-Oscano, claramente diferente do latim. Eles chegaram, sem dúvida, a influenciar o latim, (como eles próprios foram influenciados em sua fala pelo latim). É provável que palavras comuns do latim como *lupus*, *bos*, *scrofa* e *rufus* (ao invés das não documentadas *lucus*, *vos*, *scroba* e da alternativa existente *ruber*) fossem um sinal de uma infiltração sabina. Mas não é preciso recorrer a Tito Tácio para explicar tudo isto. De fato, se Quirino e Quirinal fossem autênticas palavras sabinas nós as teríamos na forma Pirinus, Pirinal. É também muito incerto se a distinção terminológica entre *montes* e *colles* para as colinas de Roma (*mons Palatinus* mas *collis Quirinalis*) deve ser tratada como evidência da coexistência de latinos e sabinos nas colinas de Roma. No momento, a primeira fusão entre latinos e sabinos deve ser considerada um dado tradicional respeitável para o qual não há apoio significativo (se for um fato) nem explicação óbvia (se for uma lenda).

## V

Além deste ponto somos deixados mais ou menos sozinhos com a tradição literária, a única que nos dá uma história dos reis romanos. Essa tradição que é representada principalmente por escritores do período de César e Augusto, Diodoro Sículo, Dionísio de Halicarnasso e Tito Lívio é notavelmente consistente. Parece remontar na sua essência aos primeiros historiadores de Roma que escreveram em grego no fim do século III a.C., Q. Fábio Pictor – um Senador romano que foi mandado para consultar o oráculo de Delfos em 216 a.C. – e L. Cíncio Alimento, um pretor em 210 a.C. A pergunta vital é de onde esses primeiros analistas (como eram chamados) tiraram suas informações sobre o período monárquico romano. Historiadores romanos consultaram, ou pelo menos conheciam, alguns documentos da Roma antiga. Podemos adicionar o tratado com os vizinhos de Gábios escrito em um escudo (Dionísio, 4, 26, 5; Festus, p. 48 L.) à *Lex sacra* sobre o templo de Diana no Aventino (Dionísio, 4,26,5) e o tratado entre Roma e Cartago (Políb.3,22) já mencionado. Mas tais textos não eram em número suficiente para representar um elemento essencial na tradição. Alguns podem de fato ter sido redescobertos (como o texto do primeiro tratado com Cartago) quando a tradição já havia sido estabelecida em suas características essenciais. Além disso, alguns objetos sagrados existentes eram tidos como ligados a certas lendas e por isso ajudavam a mantê-las vivas. Tais eram a *pila horatia* e o *tigillum sororium* na saga de Horácios e Curiácios. Mas tais objetos raramente constituíam a origem da lenda: mais frequentemente eles a pressupunham e, portanto, não servem para explicá-la. De forma geral a evidência documentária parece ter desempenhado uma parte menor na formação da tradição sobre as origens romanas. Os analistas romanos da República tardia estavam mais conscientes de seu papel de continuadores dos anais dos pontífices. Aprendemos que o *pontifex maximus* publicava uma lista de eventos todos os anos. Esse registro pontifical terminou finalmente sob o *pontifex maximus* T. Múcio Escévola, cerca de 130 a.C. (Cícero De orat. 2,12,52) e foi editado em oitenta livros em uma data incerta que dificilmente era mais antiga do que Augusto (Servius Auctus, ad Aen. 1,373). Também aprendemos que a crônica pontifical em sua forma abreviada continha histórias sobre as origens de Roma (que são citadas pelo anônimo *Origo gentis Romanae* e pelo S. H. A., Tácito 1,1). Se aceitarmos essa informação como autêntica, devemos também aceitar a consequência de que a crônica pontifical dedicava pelo menos quatro de seus oitenta livros à pré-história albana de Roma. Como ninguém acredita que os pontífices de Alba transferiram seus registros históricos para Roma quando Alba desapareceu, temos que supor que alguém (talvez até o próprio editor da crônica pontifical em oitenta livros)

adicionou a pré-história de Roma aos eventos tardios para assim fazer a crônica mais interessante. Isto é somente o elemento mais conspícuo de incerteza numa crônica sobre a qual quase todo o resto é incerto. Não sabemos quando ela começou, temos muito pouca informação sobre o que ela continha, mas acima de tudo não sabemos o quanto era realmente usada pelos analistas históricos da República tardia, alguns dos quais, senão todos, escreveram antes que os registros pontificais fossem compilados em oitenta livros. De todo modo, a forma analista que os pontífices usaram para seus registros é baseada na lista dos cônsules romanos: a seção monárquica parece ser uma adição tardia. A crônica pontifical não é uma resposta para a questão de onde os historiadores da República tardia encontraram suas histórias sobre a Roma antiga. Tampouco somos muito ilustrados pelas escassas informações sobre as canções (*carmina*), que os romanos antigos cantavam enquanto se banquetavam em louvor a seus ancestrais. Essas canções não eram mais cantadas no tempo de Catão o Censor (cic. Brut. 19, 75, id. Tusc. Disput. 4, 2, 3; Varrão, *De vita populi romani II*, in Nonius, p. 107 L.) Portanto, não é surpreendente que nossas fontes estejam divididas sobre se as *carmina* haviam sido cantadas por crianças ou adultos, Dionísio de Halicarnasso (1, 79, 10: 8, 62) parece indicar Rômulo e Coriolano como temas específicos para tais *carmina*. Alguma familiaridade com outras culturas que preservaram melhor suas baladas “históricas” não nos encoraja a tomar as *carmina* como registros escrupulosos dos acontecimentos. Além disso, chama nossa atenção o fato de que não muito na tradição sobre a Roma antiga parece “poético”. A exceção é representada por algumas das histórias sobre Rômulo, a luta entre Horácios e Curiácios e o rapto de Lucrecia (uma contrapartida ao rapto das mulheres sabinas) no final da monarquia. Mas mesmo nesses episódios “poéticos”, uma fonte poética não é a mais óbvia origem. Lívio estava incerto se os Horácios ou os Curiácios representavam os romanos na famosa luta. Uma balada não deixaria dúvidas sobre isso. A importância das *carmina* (que têm desempenhado um papel notável nas discussões modernas sobre a Roma antiga desde B.G. Niebuhr até G. De Sanctis) é tão questionável quanto a importância das crônicas pontificais.

Historiadores gregos, como já dito, começaram a olhar para Roma no fim do séc. V, se não antes. Os historiadores romanos de séculos posteriores puderam lê-los e o fizeram. Mas o primeiro historiador grego a dar um relato organizado da Roma antiga foi o siciliano Timeu que escreveu em Atenas na primeira parte do século III a.C. Ele não estava em posição melhor para saber a respeito do oitavo ao sexto século a.C. do que os romanos estavam duas gerações mais tarde. Seria surpreendente se Timeu tivesse revelado aos romanos alguma coisa que eles não sabiam, apesar de que sem dúvida ele os ensinou a escrever história em grego. Não é, portanto, surpreendente ouvir de Plutarco (*Romul.* 3) que Fábio Pictor seguiu o grego Diocles de Peparethus em seu relato sobre as fundações de Roma. Supondo que Plutarco esteja correto sobre a prioridade de Diocles, isto simplesmente significa que Diocles registrou a tradição que prevalecia na própria Roma de uma maneira aceitável para Fábio Pictor. Relatos de história romana por historiadores gregos não devem, entretanto, ser confundidos com alusões ocasionais a Roma nas crônicas das cidades vizinhas. Historiadores romanos se tornaram cientes de que algumas das crônicas de vizinhos de Roma (tanto gregos como etruscos) continham referências a eventos romanos que os tinham afetado. Alguns escritores de Cumas na Campânia contaram histórias sobre a intervenção no Lácio por um tirano de Cumas no fim do séc. VI (Dionísio, 7, 3 ff; cf. Ateneu 12, 528d). Anais etruscos ou histórias são mencionados por Plínio, *H.N.* 2, 54, 140 e por Censorinus, *De die Natali*, 17, 6. Evidências etruscas foram ventiladas pelo imperador Cláudio (Dessau, *I.L.S.* 212) e seu quase contemporâneo Verrio

Flaco (Festus, p. 38 L.) talvez através de traduções para o latim. Essas evidências continham algumas informações sobre os reis de Roma. Esse relacionamento, a julgar de Dionísio e Cláudio começou tarde, e foi muito limitado. Os vizinhos de Roma não produziram muito material para as tradições romanas.

Temos que considerar finalmente as contribuições que tradições de clãs podem ter exercido na composição da Roma antiga. Os aristocratas romanos, *gentes*, certamente preservaram memórias e registros de seus eminentes ancestrais. A descoberta da inscrição epigráfica *elogia tarquinensia* provou que na era de Augusto famílias aristocráticas etruscas também preservavam as memórias de seus ancestrais. Alguns destes aristocratas etruscos tinham se misturado aos aristocratas romanos por séculos. Mais uma vez, entretanto, ficamos desapontados em nossas expectativas sobre o período monárquico. Com a exceção de algumas informações sobre Mastarna (veja abaixo) não há nada naquilo que os romanos sabiam ou julgavam saber sobre os seus reis que leve a marca de uma fonte aristocrática etrusca. Mais surpreendentemente, as *gentes* romanas que tinham um papel de protagonista na República tinham pouco a dizer sobre o período monárquico, e não reivindicavam quase nenhum papel nele para si mesmos. Os Fábios, que acreditavam ser tão antigos quanto Rômulo e tinham algum direito de pensar assim, como a existência dos Luperi Fabiani, não tinham nada a dizer sobre seus ancestrais na época dos reis. Os Valérios acreditavam ter vindo a Roma dos campos sabinos com Tito Tácio, mas não fizeram sua primeira grande aparição pública até a fundação da República, isto é, com o consulado de P. Valério Policola. O outro grande clã, os Cláudios, firmemente mantinham, com a probabilidade de estarem certos, que haviam migrado para Roma depois da queda da monarquia por volta de 504 a.C. Esses grandes clãs ou escolheram não ter, ou não tinham nenhuma responsabilidade sobre os eventos da monarquia. A única exceção são os Marcios, que tinham orgulho de seu rei Anco Marcio e o colocaram, junto com seu tio Numa Pompílio nas moedas que cunharam para o Estado Romano no séc. I a.C. Mas até mesmo o caso dos Marcios não mostra sinais de que eles teriam ajudado substancialmente a dar forma à *vulgata* sobre Numa e Anco Marcio. No geral, os acontecimentos e indivíduos do período monárquico estão fora da via principal da tradição aristocrática romana. Um Júlio teria anunciado a ascensão de Rômulo aos céus (apoteose), e atribuiu-se a um Valério a posição de primeiro *fetialis*, ou sacerdote responsável pela guerra e paz. Isso não é muito. Podemos apropriadamente acrescentar neste ponto que na República tardia foi feita uma lista das famílias nobres que diziam ser de origem troiana e de ter se mudado de Alba para Roma sob os primeiros três reis. Devemos admitir que ainda não sabemos como a tradição romana sobre o período monárquico se formou.

É por isso que não podemos estar certos de nada que a tradição nos conta sobre os três primeiros sucessores de Rômulo (Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Marcio). Também temos grande dificuldade em tomar posição a respeito dos eventos dos últimos (?) três reis (os dois Tarquínios e, entre eles, Sérvio Túlio) os quais, estando próximos à fundação da República, tinham uma chance melhor de serem lembrados corretamente. O fim da monarquia em Roma, assim como o começo da monarquia entre os antigos hebreus, pode ter sido transformado além do reconhecível por detalhes não confiáveis, embora isso marque uma nova era em termos historiográficos: melhor cronologia e continuidade constitucional fazem a tradição mais confiável. De qualquer modo, a monarquia terminou.

Entretanto, a tradição sobre o sabino Numa Pompílio, o latino Tulo Hostílio e o parcialmente sabino Anco Marcio não pode ter sido totalmente inventada. Apenas o primeiro é uma figura coerente. Ele é representado como o criador das instituições

religiosas de Roma (incluindo pelo menos parte das *flamines*, os *Salii*, os *vestales*, os *pontifices* e o calendário). O segundo é um guerreiro que, ainda que de modo improvável, permitiu que uma guerra entre Roma e Alba Longa se tornasse uma disputa entre três latinos e três irmãos de Alba. O terceiro era um homem pacífico que conquistou e destruiu as cidades vizinhas de Politorium, Tellene e Ficana, anexou a colina do Janículo à cidade, estabeleceu uma colônia em Óstia e a primeira prisão (*carcer*) na cidade. A coerência de Numa e a incoerência de seus sucessores não são explicadas por tomá-los por deuses ou heróis. Não é de todo impossível que a reforma do calendário remonte à época de um rei Numa e que a eliminação (se não a total destruição) de Alba como um poder latino tenha acontecido sob Tulo Hostílio. Uma expansão na direção de Óstia sob Anco Marcio é crível, mesmo se um assentamento permanente em Óstia não seja anterior ao quarto século a.C., e Politorium, quando identificada propriamente com o assentamento próximo a Castel di Decima, não pode ter sido destruída tão cedo.

L. Tarquínio, apelidado de Prisco, Sérvio Túlio e L. Tarquínio, apelidado de Soberbo, são colocados em um contexto histórico mais reconhecível, que é o greco-etrusco. A tradição diz que Tarquínio Prisco era o filho do coríntio Demaratus, que havia emigrado para a Etrúria e casado em Tarquínia. A chegada e o destino do filho de Demaratus em Roma se parece com o que sabemos de outros lugares sobre aristocratas tentando a sorte em cidades vizinhas. A emigração de gregos para a Etrúria é igualmente plausível. Uma inscrição arcaica de Tarquínia referindo-se ao *Rutile Hipukrates* (Rutilus Hipócrates, uma combinação de um nome latino e um grego à maneira etrusca) abre especulações sobre um homem de origem grega que pode ter chegado em Tarquínia depois de ter passado por Roma, enquanto Tarquínio, o filho de um grego, chegou a Roma através de Tarquínia (Pallotino, *T.L.E.*, 155). A colorida esposa de Tarquínio, Tanaquil, a quem a tradição apresenta como uma especialista em costumes etruscos, parece plausível nessa sociedade de aventureiros. Porém, é uma outra questão quando se chega a acreditar que Tarquínio dobrou a cavalaria de Roma ou que ele foi assassinado por uma facção dos filhos de Anco Marcio e sucedido por seu protegido Sérvio Túlio. Em alguns casos a tradição oscila entre os dois Tarquínios, por exemplo, no caso da fundação do templo tripartite, que estabeleceu a supremacia da nova (?) tríade Júpiter-Juno-Minerva no Capitólio. Parece haver algum apoio para a tradição que sob ambos os Tarquínios Roma controlou a maioria dos latinos e pelo menos alguns dos etruscos. Lívio é muito mais reticente sobre esta questão do que Dionísio de Halicarnasso. Mas o primeiro tratado com Cartago parece confirmar o que Dionísio afirma. Além disso, um apêndice à Teogonia de Hesíodo diz que os latinos dominaram os etruscos (l. 1015). Não é fácil encontrar outra situação à qual esta estranha afirmação se aplicaria.

Sérvio Túlio, um rei latino e reformador, jogado entre dois etruscos, é uma figura improvável demais para ter sido inventada. Seu nome sugeria (não sabemos o quão cedo) uma história de origens servis e de sorte especial (*fortuna*). Alguns de seus feitos reais aumentaram suas qualificações para ser tratado como um segundo Rômulo. Daí seu aspecto duplo – de uma figura itálica mítica e de um político reformador grego. Um dos fatos mais bem documentados de seu reino parece ser a fundação de um santuário de Diana no Aventino como um local de encontro com os outros latinos. O santuário (originalmente ao redor de uma *ara*) preservou o texto de um pacto entre Sérvio e os latinos (Dionísio 4, 26). Além disso, a *lex arae Dinae in Aventino* tornou-se o modelo para as regulamentações dos outros santuários. A estátua de culto deste santuário está reproduzida em uma moeda de L.

Hostílio Saserna de cerca de 48 a.C., e foi indicada como um tipo que remonta ao séc. VI a.C., exatamente como afirmou Estrabão (C.Ampolo, *Par.d.Pass*, 130-3, 1970, 200-210).

A cima de tudo, a tradição faz Sêrvio Túlio o grande reformador que sobrepôs sobre as três tribos e as trinta *curiae* da ordem romana uma nova divisão de cidadãos em cinco classes e 193 ou 194 centúrias de acordo com a riqueza. Obrigações militares foram fixadas sobre a nova base. Nos conta a tradição que o simples exército de Rômulo, dividido em uma cavalaria e uma infantaria uniformes teria sido substituído por um exército de tipo hoplítico, no qual havia vários tipos de soldados de infantaria e possivelmente dois tipos de homens de cavalaria, um com dois cavalos e outro com apenas um (Granius Licianus, p. 2 Flemisch). Isso é claramente o que existia em Roma do quarto século em diante. A assembléia geral dos romanos por *curiae*, apesar de não ter sido abolida então, foi considerada menos importante do que a nova assembléia que se baseava na divisão de classes: juniores e seniores de cada classe eram convocados para aprovar leis e agir como tribunal de recurso nas assim chamadas *comitia centuriata*. Como a primeira classe incluía 40 centúrias de juniores e 40 de seniores das 193 ou 194 centúrias da inteira organização, e cada centúria tinha um voto, Sêrvio Túlio teria posto o Estado nas mãos da riqueza. Ele também teria introduzido a cunhagem (uma informação já disponível para Timeu) e realizado um censo da população. Teria estendido o território urbano de Roma e o dividido em quatro partes. Completou sua fortificação – o muro sêrvio – e teria dividido o território do Estado Romano fora da zona urbana em departamentos locais ou tribos.

A simples reflexão nos mostra que o que era de fato a organização centuriata da República média não pode ser transportada totalmente ao séc. VI a.C. A cunhagem do tipo atribuído a Sêrvio era talvez conhecida em Gela, na Sicília, mais ou menos na mesma época que se supõe ter ele vivido (C. Ampolo, *Par. D. Passato*, 158-159, 1974, 382-388), mas Roma, que não estava sozinha nisso, parece ter permanecido sem moedas até o séc. III a.C. Da mesma forma, a maioria das evidências arqueológicas que podemos datar com certeza nos remete ao séc. IV a.C., para o mais antigo círculo dos muros romanos. Entretanto, notaremos que há indicações de que uma forma mais simples da organização centuriata existiu no séc. VI. Traços de um sistema mais primitivo de fortificações também foram identificados.

O grande rei reformador Sêrvio Túlio pode de fato ter sido assassinado, conforme afirma a tradição, por sua filha Túlia e seu marido L. Tarquínio Soberbo, filho ou neto de Tarquínio Prisco. Apesar de embelezada por sucessivas camadas de elaboração popular e literária, a carreira de Tarquínio Soberbo faz sentido no contexto da tirania do séc. VI. A transição de Sêrvio Túlio para Tarquínio Soberbo nos lembra da transição de Sólon para Pisístrato. Pode mesmo haver alguma verdade na história de como Tarquínio conseguiu tornar-se senhor de Gábios com a cooperação de um de seus filhos, que se fez passar por inimigo de seu pai e foi aceito, de acordo com o costume, pelos homens de Gábios como seu chefe militar. O texto do tratado entre Gábios e Roma foi datado da época de Tarquínio Soberbo por estudiosos da antiguidade, que ainda tinham possibilidade de lê-lo. (Dionys. 4, 58). O relato dominante do fim da monarquia tem dificuldade em definir a atitude dos poderes vizinhos para a derrubada dos Tarquínios. Estes poderes incluíam Aristodemo, o tirano grego de Cumas; a Liga Latina, que viu sua oportunidade de se libertar de Roma; e finalmente as cidades etruscas que não estavam satisfeitas com a expansão de Roma, mesmo que sob reis etruscos. A tradição analista apresentou Porsena, o soberano de Clúcio, como o campeão dos etruscos que apreciariam o retorno de Tarquínio a Roma. De acordo com essa tradição, a coragem de Horácio Cocles, Múcio Escévola e Clélia persuadiu

Porsena a abandonar a empresa. Ele então se voltou contra os latinos e foi finalmente derrotado na batalha de Aricia pelas forças conjuntas da Liga Latina e de Aristodemo. Mas historiadores do séc. I a.C. descobriram em algum lugar, talvez em fontes etruscas, que Porsena tinha na realidade tomado Roma e imposto condições humilhantes (Tac. *Hist.* 3, 72; Plínio, *H.N.* 34, 139). Porsena, entretanto, não trouxe os Tarquínios de volta e, obviamente, não durou muito como senhor de Roma. Sua derrota final, resultado da intervenção de Aristodemo, parece ter sido registrada nas crônicas de Cumas. A probabilidade de, no fundo, Porsena ter sido eliminado pela aliança dos latinos com Aristodemo dá uma idéia completamente diferente do fim da monarquia em Roma. Ainda pode ser verdade (como diz a tradição romana) que uma conspiração dos aristocratas romanos (dos quais dizia-se serem líderes os parentes do rei, Júnio Bruto e L. Tarquínio) eliminou os Tarquínios. Porém o exército de Porsena deve ter imposto um novo soberano etrusco em Roma. Se os romanos tiveram tempo para eleger seus primeiros cônsules antes da chegada de Porsena, certamente é duvidoso. Os romanos simplificaram o processo de instalação da República a fim de apagar a vergonha de terem sido liberados de Porsena pelas forças conjuntas dos outros latinos e de Aristodemo de Cumas. A dedicatória do templo de Júpiter no Capitólio pelo cônsul M. Horácio Pulvilo em seu primeiro ato no governo da nova República podemos considerar certo. Isto já era um pilar da cronologia romana no final do séc. IV a.C., como nos mostra uma inscrição de Cn. Flavio citada por Plínio (*H.N.* 33, 19). Com a flutuação de uns poucos anos, devido à incerteza da lista consular em seu início, ela nos diz que havia anualmente magistrados governantes em Roma (mais tarde geralmente conhecidos como cônsules) por volta de 509-507 a.C. Esta é, aproximadamente, a data do final da monarquia. Porsena (ou seu indicado) foi muito provavelmente apenas o último de uma série de reis de Roma que a tradição analista não registrou, enquanto inclui um rei Rômulo, que é provavelmente uma figura inteiramente mítica. Tito Tácio pode bem ter sido um autêntico monarca que foi inserido mais tarde no período mítico como co-regente de Rômulo. Mas o nome mais interessante que devemos agora considerar como um possível monarca esquecido de Roma é o de Mastarna.

Na tradição romana ele aparece pela primeira vez em um discurso do imperador Cláudio (Dessau, *I.L.S.*, 212), no qual ele é considerado idêntico a Sérvio Túlio. Na tradição etrusca, Mastarna (ou Macstrna), aparece bem antes numa série de cenas pintadas e inscritas na tumba François de Vulcis, que eram mais usualmente datadas dos sécs. IV ou III a.C. Mastarna liberta Célio Vibena, enquanto Aulo Vibena mata um homem aparentemente de Falérios e Marco Camilo (ou Camitilius; Camitlnas na inscrição) mata um Gnaeus Tarquinius Romanus (? Rumach). Célio e Aulo Vibenna reaparecem em outro lugar como “condottieri”: eles eram algumas vezes associados com Rômulo (Varrão, *De L.L.* 5, 46; Festus, p. 38 L.); e o nome de Monte Célio em Roma supunha-se ser em honra a Célio Vibena (Caeles Vibenna). A pintura de Vulcis parece pressupor alguma conexão dos irmãos Vibena com os Tarquínios, pois um dos homens na cena é um Tarquínio de Roma. A pintura representa algum episódio histórico envolvendo várias cidades, mas talvez centrado em Vulcis. Gneu Tarquínio não foi necessariamente um rei de Roma (os dois reis tradicionais eram ambos chamados de Lucius): também ele pode ter sido um “condottiere”, como se diz de um dos filhos de Tarquínio Soberbo. A historicidade de Aulo Vibena, e portanto, do grupo ao qual pertenceu, foi confirmada pela descoberta de um vaso de bucchero em Veios, do séc. VI a.C., com o nome Avile Vipeiennas inscrito (M. Pallotino, *Studi Etruschi* 13, 1939, 456). Mastarna (Macstrna) não é um nome etrusco comum. Parece ser uma forma etrusca para a palavra latina *magister*. Da mesma forma como os romanos

transformaram “Lucumon”, a palavra etrusca para rei (lauxume), em um nome pessoal, assim os etruscos podem ter considerado *magister* como um nome pessoal. Mastarna teria sido um outro chefe de bando (= *magister populi?*) o qual, depois de ter agido sob o comando de Célio Vibena em várias cidades, migrou para Roma, de acordo com a tradição etrusca, aceita por Cláudio. Cabe a nós decidir se devemos seguir as fontes de Cláudio para identificar Mastarna com Sérvio Túlio. Qualquer historiador romano ou etrusco sob a influência da tradição dos sete reis de Roma era compelido a identificar Mastarna com um desses reis. Mas não temos obrigação de fazer o mesmo. O companheiro de aventuras dos irmãos Vibena é tão diferente do Sérvio Túlio tradicional que parece prudente mantê-los distintos. Mastarna pode ter se tornado soberano em Roma na época dos Tarquínios. Podemos, conseqüentemente, nos perguntar se Aulo e Célio Vibena, eles mesmos também não teriam governado Roma por um breve período. Havia uma tradição obscura sobre um certo Olus, que teria dado seu nome ao Capitólio, interpretado como *caput Oli*. Este Olus foi um rei segundo a *Chronogr. A. 354*. Aulus e Olus são o mesmo nome, e a tradição pode ter Aulo Vibena em mente, pois Olus era chamado Vulcetanus por Arnobius, *Adversus nationes* 6, 7.

## VI

Não era qualquer um que poderia se considerar um *rex* em Roma. A realeza tinha aspectos sagrados, e era proclamada com o consentimento dos deuses (inauguratio) e acompanhada por performances religiosas sobre as quais sabemos muito pouco. A importância destas funções sagradas explica porque de certa forma a monarquia nunca foi abandonada em Roma. Mesmo quando os magistrados anuais substituíram o *rex*, um *rex* vitalício portando o título de *rex sacrorum* ou *sacrifuculus* permaneceu na velha casa real (*regia*) a fim de realizar os atos religiosos, sendo excluído da carreira política ordinária. Mais tarde, foi deslocado da *regia* pelo *pontifex maximus*, mas não destituído de todas as suas funções. A realeza não era hereditária, e suas funções sacerdotais eram subordinadas ao aspecto militar. Até onde podemos julgar, a maioria dos reis de Roma eram chefes de bandos, de extração não necessariamente romana, ou mesmo do Lácio, que persuadiam ou forçavam a aristocracia local a aceitar seu reinado. Casamento com a filha de um rei ou alguma ligação matrilinear com ele aparentemente tinha um peso na sucessão. Havia provavelmente apenas uma fina linha divisória entre o chefe de bando chamado a ajudar um *rex* existente e um chefe de bando chamado para substituí-lo e assim governar em seu lugar. A tradição parece implicar que Tarquínio Soberbo não teria sido apropriadamente empossado. Outros – como Mastarna (se este não é o próprio Sérvio Túlio), Aulo Vibena e Porsena – podem nunca ter obtido completa confirmação religiosa. Alguns chefes de bandos podem ter tentado sua sorte em mais de uma cidade. Vemos um Gneu Tarquínio (explicitamente chamado de romano) ativo na Etrúria, talvez em Vulcis, enquanto Mastarna e os dois Vibenas são lembrados tanto em Vulcis como em Roma. Aulo Vibena também reaparece em Veios. Uma confirmação epigráfica desta situação foi agora fornecida, para o período em torno de 500 a.C. pela assim chamada *Lapis Satricanus*, uma dedicatória em Sático pelos seguidores de um certo Publio Valério. O texto diz:

...] ei steterai Popliosio Valesioso suodales Marmatei

É tentador reconhecer neste Publio Valério o homem que, de acordo com a tradição romana, teve um importante papel na fundação da República e até substituiu os líderes originais Bruto e Colatino em sua consolidação. Esta inscrição não está completa, e temos que escolher entre associar a palavra “Sodales” a Publio Valério (no genitivo) ou ao deus Mamer (no dativo). Na primeira interpretação, temos uma dedicatória feita pelos “Sodales” (companheiros) de Publius ao deus Mamers (Mars). Na outra, (que supõe uma palavra como “Socii” na lacuna no início do texto), os seguidores de Publius, que eram também membros (“Sodales”) de uma corporação religiosa para o culto de Marte, fizeram uma dedicatória para outro deus ou deusa (possivelmente Mater Matuta, em cujos arredores a inscrição foi encontrada). Preferimos a primeira interpretação, mas o significado definitivo não é muito diferente em as ambas versões. Seguidores de Publio Valério aparecem em uma posição proeminente, e possivelmente com conotações militares, em Sático. Se a identificação de Publio Valério for correta, devemos enfrentar o paradoxo de que um chefe de bando em Sático contribuiu para a introdução de um novo regime republicano em Roma. Esse primeiro regime republicano não era nem capaz nem talvez desejasse evitar a interferência de chefes de bandos. A melhor tradição romana nos diz que o chefe de bando Attus Clausus, o fundador das fortunas do clã dos Cláudios, migrou com seu séquito para Roma, do país Sabino, a tempo de reforçar a ainda frágil nova República. (A tradição mais tardia fez os Cláudios chegarem a Roma no tempo de Rômulo: o que mais alguém poderia esperar dos ancestrais dos futuros imperadores Cláudios?) Os Fábios ainda agiam como chefes de bando em uma famosa guerra privada com os etruscos, poucas décadas depois da fundação da República. Sua derrota pode ter salvado Roma de uma monarquia Fábica. Mais tarde, por volta de 460 a.C., o chefe sabino Apio Herdonio conseguiu ocupar o Capitólio com um ataque surpresa. Ao expulsá-lo, com a ajuda dos latinos, os romanos pouparam-se de ter outro rei sabino.

O fenômeno dos chefes de bando, que a tradição, com suficiente razão, tem alguma dificuldade em reconciliar com a rígida e esquemática estrutura do Estado “de Rômulo”, deve ser associado com uma das mais impressionantes características da sociedade da Itália central dos séculos VIII ao VI a.C., o aparecimento das *gentes*. Conforme mencionamos, evidências epigráficas nos permitem perceber o crescimento de um peculiar sistema onomástico, pelo qual uma pessoa (mais frequentemente um homem) é designada por dois nomes, o nome pessoal (em Roma, o *praenomen*) e o nome do clã ao qual pertencia (em Roma, *nomen gentile*). Mesmo se formalmente o *nomen gentile* pudesse aparecer como um patronímico comum (Sérvio Túlio = Sérvio filho de Túlio), ele era usado para indicar membros de um grupo maior do que o núcleo familiar. O nome *gentile* era mostrado em forma idêntica não só por todos os, teoricamente, descendentes de um ancestral comum, mas também por certos clientes que se juntaram ao grupo em uma posição subordinada e aparentemente sem laços de sangue. A emigração dos Cláudios é paradigmática do que uma *gens* poderia fazer: os clientes da *gens* Cláudia obtiveram terra em Roma através da influência de seu chefe de bando Attus Clausus. Se nossa evidência não está errada, havia uma relação próxima entre bandos (*sodales*) clientes e *gentes*. O prestígio e atração de um chefe de bando poderia fazer as fortunas de uma *gens*: o chefe de bando poderia estabelecer tanto a reputação de seus parentes como recompensar seus clientes com terra, saques e empregos. Não é impossível que a *gens* como uma instituição tenha adquirido consistência antes do desenvolvimento urbano do período arcaico, como P. Bonfante e outros supuseram. Mas vemos o sistema onomástico dual característico da *gens* ganhar força simultaneamente com a urbanização da Itália central. Em Roma é interessante observar que

apenas Rômulo, entre os reis, está sem o *nomen gentile*. Outro ponto digno de nota é que assim que o sistema de organização por *gentes* tomou impulso (não sabemos a partir de qual centro) ele se espalhou por todas as classes sociais. Não há evidências firmes para mostrar que em Roma apenas a aristocracia era organizada por *gentes*. Sabemos menos ainda se existiu uma época na qual as *gentes* podiam ser identificadas com aquele tipo especial de aristocracia hereditária, conhecida como patriciado. A declaração polêmica isolada atribuída por Lívio a um plebeu do IV século a.C., “vos (patricios) solos gentem habere” (Liv. 10, 8, 9), não pode ser convertida em uma declaração de fato, “plebei, gentes non habent”, como estudiosos modernos estão sujeitos a fazer. No máximo a frase representa a noção de Lívio de sociedade romana arcaica. Em sociedades onde os poderosos se tornam mais poderosos assegurando laços de parentesco e anexando voluntários, os grupos mais fracos podem bem tentar reagir assegurando por sua vez uma solidariedade de parentesco na forma de laços gentílicos. Mais tarde, a reação dos mais fracos tomou a forma da organização da *plebs*.

De forma correspondente, não há evidências de que a *gens* possuísse terras ou outras propriedades ordinárias, embora a *gens* obtivesse alguns direitos secundários de herança na ausência de parentes mais próximos. Ouvimos falar (o que é uma questão diferente) de cemitérios de gentílicos e de cultos – também de deliberações de uma *gens* a fim de consolidar um modo de vida comum. Mas não sabemos quem convocou os *gentiles* para uma assembléia. O *princeps gentis*, a não ser que se queira entender por isso um chefe de bando como Públio Valério ou Attus Clausus, é uma ficção moderna. Juntamente com a noção de uma posse *gentile*, qualquer ilusão de apanhar a propriedade privada romana *in statu nascendi* deve ser abandonada. A existência de propriedade privada da terra e a instabilidade da classe superior devem ter sido associadas. Os chefes de bando e seus seguidores ganharam ou perderam terras tidas como propriedades privadas. Outras pessoas encontraram um incentivo para se mudar de cidade a cidade no comércio e atividades profissionais. Sabemos de artistas etruscos (e talvez gregos) na Roma arcaica. A evidência onomástica parece confirmar esta mobilidade social. Já notamos também Demaratos de Corinto, Rutilo Hipukrates de Tarquinia, Tite Latine, na Veios etrusca, e um Kalaturus Phapna (Calator Fábio?) em Cere. Também temos evidências de conexões duradouras dos Cláudios com a Etrúria e até com elementos etruscos na Córsega (J. Heurgon em J. e L. Jehasse, *La nécropole préromaine d’Aléria*, 1973, 551). O crescimento de *gentes* poderosas deve, portanto, ter resultado em desigualdade nas divisões de terra. Isso parece ser confirmado pelos nomes das dezesseis tribos mais antigas (ou divisões) do território romano das quais quase todas levam nomes gentílicos (Pollia, Fábria, Cláudia etc.). As famílias de uma *gens* específica, juntamente com seus *clientes*, evidentemente possuíam uma grande quantidade de terra no distrito tribal que carregava seu nome. Nada, entretanto, sugere que o território da tribo tenha sido a propriedade coletiva de uma *gens*.

Havia em Roma a noção de que duas *iugera* (jeiras) de terra (= 5047 m<sup>2</sup>) representavam o *heredium* (Varrão, *De re rust.* 1,10,2); Rômulo supostamente teria dado duas *iugera* para cada cidadão, e mais tarde duas *iugera* era a menor porção de terra dada a cada colono na fundação de uma colônia romana (Liv. 8,21,11 para Anxur). Duas *iugera* podem ter sido suficientes para alimentar um homem nas condições algo primitivas da agricultura itálica arcaica; elas não manteriam uma família. A noção de que o padrão de divisão da terra eram as duas *iugera* (e que, portanto, representavam o *heredium*, a terra que alguém deixa para seus filhos) pode ser uma reminiscência do período em que a criação de gado em terras comunais (*ager publicus*) era a principal atividade; alternativamente, isto

pode indicar o mínimo de terra cultivável que alguém tinha a obrigação moral de transmitir para seus filhos. Alguns juristas antigos que eram confundidos pela palavra *heredium* sugeriram que *heredium* era o *hortus*, o pomar, em oposição à terra cultivável. (Plin, *H.N.* 19,50), mas isso não resolve o problema. Não há evidência firme de que em Roma a propriedade privada da terra fosse sequer limitada a duas *iugera*, ou que ela fosse inalienável. Quando as duas *iugera* surgem como a base de distribuição de terra colonial, não temos evidências para provar que o colono era proibido de comprar ou possuir mais terras; em qualquer caso ele deve ter feito uso de terras extras se ele tivesse uma família.

Roma arcaica claramente tinha seus aristocratas, como qualquer outra cidade do Lácio ou da Etrúria, embora, talvez não tão extravagantes. Esses aristocratas inscreviam seus nomes (pessoais ou *gentile*) em seus pertences e presentes trocados, embora a mais antiga e famosa dessas inscrições de presentes, a “fibula prenestina”, com sua inscrição “Manius fez-me para Numerius” esteja agora sob suspeita de ser uma falsificação do século XIX, conforme já vimos. Em uma taça lemos brindes que homens propunham a mulheres, provavelmente suas esposas, que, como esposas etruscas, mas diferentemente das esposas gregas, participavam de banquetes (*symposia*) (cf. G. Colonna, *Archaologia Laziale*, III, 89). Suas vidas tornavam-se agradáveis e interessantes pelos estrangeiros que visitavam Roma e outras cidades e talvez lá estabelecidos, como comerciantes, artesãos e artistas. Aos poucos, deve ter se tornado evidente que os recém-chegados, especialmente gregos, trouxeram consigo novas noções sociais e religiosas. Seria interessante saber como a idéia de associações de artesãos (*collegia opificum*) desenvolveu-se em Roma. A criação dos mais antigos *collegia* foi atribuída a Numa (Plat., *Numa* 17, 1-4; cf. Plínio, *N.H.* 34, 1; 35, 46). Os *Collegia* eram pressupostos pelas Doze Tábuas. Eles devem ter sido um dos elementos que prepararam o caminho para a emergência de uma plebe unificada.

A questão é quando e como a desigualdade em Roma endureceu na distinção entre patrícios e plebeus: uma questão subordinada é a relação entre plebeus e clientes. Se fosse possível responder a ambas as questões, isso nos ajudaria a nos posicionar sobre as reformas de Sêrvio Túlio e sobre os limites da “helenização” das instituições romanas sob os últimos reis. Era uma opinião bem estabelecida no primeiro século a.C., segundo a qual, o próprio Rômulo teria introduzido a distinção entre patrícios e plebeus (Cic, *De rep.* 2, 12, 23; Dionís. 2, 8). Há, além disso, alguma base nos textos antigos (principalmente em Dionísio de Halicarnasso 2, 9) para a teoria mais claramente formulada por Th. Mommsen de que os plebeus eram originalmente clientes dos patrícios. Nossa tradição é mais incerta sobre a distinção dentro do patriciado, entre *maiores gentes* e *minores gentes* que foi lembrada, mas era pouco significativa durante a República tardia. Somente a *gens Papiria* é mencionada como tendo pertencido a *minore gentes*, e mesmo isso era discutível (Cic., *Fam.* 9, 21; cf. Suet., *Aug.* 1, 2). A criação das *minores gentes* era atribuída ou a Tarquínio Prisco (Cic., *De rep.* 2, 20, 35; Liv. 1, 35, 6) ou – em uma das opiniões dissidentes sobre Roma arcaica que são características de Tácito (*Ann.* 11; 25) – aos fundadores da República. Agora é evidente que as estruturas básicas da sociedade romana – como as tribos, as *curiae* e o exército (incluindo a cavalaria) – não implicam na separação de patrícios e plebeus. Tampouco está isso implicado na reforma de Sêrvio Túlio. A noção de que a cavalaria era preenchida por patrícios é uma noção moderna para a qual não há evidências que não sejam ambíguas seja no período monárquico ou no republicano. A existência de (aparentemente) uma centúria de *procum patricium* na *comitia centuriata* da República tardia nos diz alguma coisa sobre o poder remanescente dos patrícios na época em que as centúrias da *comitia centuriata* não eram mais idênticas às centúrias do

verdadeiro exército, mas não diz sobre o próprio exército. Os reis romanos não portavam nomes de *gentes* que eram considerados patrícios em épocas posteriores. O mesmo se aplica aos nomes das colinas romanas (ex., Caelius) ligadas aos nomes das *gentes*. Mesmo nos primeiros anos da República alguns dos cônsules tinham nomes gentílicos que não são patrícios, incluindo o nome de Junio Bruto.

Por séculos a separação entre patrícios e plebeus era nítida no clero e no Senado (originalmente o conselho dos reis). Os três *maiores flamines* (de Júpiter, Marte e Quirino), os *Salii*, os *pontífices*, mas aparentemente não os *vestales*, eram exclusivamente patrícios até as reformas do século IV a.C. Em relação ao Senado mesmo na República tardia os senadores patrícios eram os únicos com direito a eleger o *interrex* – ou, antes, os sucessivos *interreges* necessários para preencher a lacuna entre os chefes do Estado – e dar consentimento às leis passadas pela *comitia (autoritas patrum)*. A fórmula *autoritas patrum* implica que apenas os senadores patrícios eram chamados de *patres*. A outra fórmula *qui patres quique conscripit* para definir a totalidade do Senado (Liv. 2, 1, 11 e mais significativamente, Festus, p. 304 L.) parece indicar que os senadores não-patrícios eram chamados *conscripti*.

Essa situação pode significar que a formação de um grupo privilegiado de *gentes* (mais tarde conhecido como patrícios) começou quando eles garantiram para si mesmos acesso exclusivo a certos sacerdócios e a poderes especiais no Conselho dos Reis (Senado). É fácil imaginar como certos grupos familiares teriam monopolizado certos sacerdócios. É mais difícil imaginar como eles teriam dominado o Senado se a seleção de membros individuais do Senado permanecia uma prerrogativa do rei, e havia sempre senadores (mais tarde conhecidos como *conscripti*) que pertenciam a *gentes* não privilegiadas. Mas, como vimos, a monarquia romana não era hereditária, e os reis eram frequentemente estrangeiros. Eles precisavam de suporte da aristocracia local, e teriam que reconhecer o poder das *gentes* mais fortes, mesmo tendo o direito de escolher seus próprios conselheiros. Embora saibamos deploravelmente pouco sobre o Senado da monarquia, podemos ao menos perceber que era uma corporação poderosa, possivelmente sob a influência de alguns modelos gregos. Os membros eram escolhidos *de facto* para toda a vida. O número de senadores era alto: aparentemente 300 no final da monarquia (há confusões entre as tradições que colocam o número de membros em 100, e gradualmente vão aumentando para 300). O número 300 sugere alguma ligação, para nós obscura, com as três tribos e as trinta *curiae*. Os direitos de aprovar leis e escolher o chefe interino do Estado (*interrex*) são em si indicações do prestígio adquirido pelo Senado ou por seus membros mais influentes.

Se aceitarmos esta visão, a distinção entre os patrícios e os plebeus se desenvolveu no Senado durante a monarquia e se estabeleceu como princípio de organização do Estado Romano nos estágios iniciais da República. Isso afetou os sacerdócio e as principais magistraturas da República, mas não, pelo menos não diretamente, as assembleias romanas e o exército. Os excluídos das *gentes* patrícias privilegiadas poderiam ser seus clientes: neste caso, eles presumivelmente tirariam vantagens de suas conexões e talvez mesmo seriam chamados ao Senado como *conscripti*. Mas *a priori* não há razão para negar que algumas *gentes* tivessem clientes, ainda que excluídas dos privilégios do patriciado. Embora grandes grupos de clientes necessariamente reforçariam o sucesso de certas *gentes* em se estabelecer como patrícios, não devemos considerar a clientela uma reserva dos patrícios.

A real dificuldade é estabelecer a posição dos plebeus no exército romano. Como enfatizamos, não há sinal de que o exército faria grandes distinções entre patrícios e

plebeus. Na reforma de Sêrvio, como tradicionalmente descrita, o critério para ser aceito na infantaria hoplítica<sup>9</sup> (e talvez na cavalaria) era a riqueza, não a nobreza hereditária. Se aceitarmos que a descrição tradicional não corresponde à situação do séc. VI a.C. surge a questão se há ou não traços de um estágio anterior à organização de Sêrvio, e se estes traços, se existem, têm influência sobre a condição da plebe. Agora sabemos que mesmo na República tardia, a primeira das cinco classes tradicionais de Sêrvio era chamada *classis*, que é o exército por excelência, e que todas as outras classes eram chamadas *infra classem* (A. Gellius, *N.A.* 6, 13 de Catão; Festus, p. 100 L.). Isso sugere a possibilidade de que uma versão mais antiga, talvez a mais antiga de todas, da ordem de Sêrvio era uma simples distinção entre *classis* e *infra classem*. A *classis* deve ter sido a legião da infantaria, e a *infra classem* deve ter sido composta pelas tropas auxiliares, menos encouraçadas. De acordo com os princípios gregos, porém ainda não com a sofisticação da reforma de Sólon, a *classis* deve ter sido escolhida de acordo com seu nível de riqueza. Sêrvio talvez quera codificar a introdução das táticas hoplíticas em Roma e reduzir a tensão entre uma aristocracia hereditária nascente e os ricos não-aristocráticos. Ele também pode ter introduzido uma maneira de conceder cidadania aos estrangeiros ao admiti-los no exército em um nível apropriado. Mas o fato de ser dono de propriedades faria da *classis* um lugar para os patrícios, de forma que poucos plebeus teriam acesso a ela. O fato de os patrícios prevalecerem seria reforçado pela cooperação de seus clientes, aos quais a admissão na classe seria dificilmente recusada se o apoio dos patrícios fosse forte o suficiente. Embora pudesse haver uma clara distinção entre o exército da cidade (divido entre *classis* e *infra classem*) e os bandos privados de nobres e seus clientes, a estrutura dos bandos privados devia influenciar o exército da cidade. Podemos nos perguntar, portanto, se o aparecimento dos patrícios como classe dominante na República antiga foi acompanhado por idéias patrícias de controle sobre a *classis*, juntamente com a tendência correspondente de empurrar aqueles que não eram patrícios ou clientes destes para a *infra classem*. Há uma fórmula tradicional (Liv. 25, 12, 10,; Cícero, *pro Murena* 1) que parece separar a noção de *populus* (= exército – o verbo *populus* designa a atividade do exército) daquela da plebe. Essa fórmula pode remontar ao tempo no qual poucos plebeus poderiam entrar na *classis* (se é que realmente houve plebeus na *classis*). A hipótese de P. Fraccaro de que durante a monarquia a *classis* veio a ser dividida em sessenta centúrias, isto é, a ter uma força de 6000 soldados, continua atraente. A criação dos dois cônsules no final da monarquia foi provavelmente a ocasião para dividir a *classis* em duas legiões, em cada uma das quais havia 60 centúrias, cada centúria com uma força de 60 homens. Tornou-se uma peculiaridade das centúrias da legião romana consistir não de cem, mas de sessenta homens.

O fato de que a legião romana estava ainda baseada em sessenta centúrias durante a República tardia nos lembra o papel que as três tribos originais e as trinta *curiae* tiveram por muito tempo na formação do Estado romano, seja diretamente ou pela duplicação de suas estruturas originais. Os seis mil homens da infantaria que eram acomodados em duas legiões na República antiga, correspondem aos seiscentos cavaleiros (*equites*) que por sua vez eram a duplicação da força original da cavalaria romana. Os cavaleiros mantinham sua

---

<sup>9</sup> Relativo à infantaria grega. A armadura e as táticas hoplíticas surgiram no séc. VII a.C.; desde então, os hoplitas eram a infantaria pesada padrão da Grécia clássica. Os soldados eram equipados com armadura defensiva, grande escudo circular, lança de arremesso e espada. Lutavam numa formação cerrada em que cada homem dava cobertura ao companheiro ao seu lado.

conexão direta com as tribos de Rômulo por mais tempo, pois estes eram chamados *Titius Ramnes* e *Luceres* (a ordem oficial). A qualificação dos *priores* e dos *posteriores* para distinguir as duas centúrias de cada tribo indicava o aumento de cem para duzentos cavaleiros por tribo. É provável que os *celereres* mencionados na tradição fossem idênticos aos trezentos cavaleiros de Rômulo. O nome foi preservado pelos *tribuni celerum*, que ainda existiam no início do Império, não mais como comandantes militares, mas como sacerdotes menores. As tribos de Rômulo continuaram por muito tempo a influenciar a organização do exército. Da mesma forma suas subdivisões, as *curiae*, permaneceram mesmo depois da criação da organização centuriata por Sêrvio Túlio como um dos princípios operacionais do agrupamento social e político. Havia algumas indicações duvidosas de que as *curiae* possuíam terras (Dionis. 2,7). Mas como tal, a *curia* era uma associação de *gentes* que se encontravam em salas próprias (cada uma chamada *cúria*), para refeições comuns e cerimônias religiosas. As salas de todas as *curiae* eram originalmente em um só edifício, mas em uma data incerta 23 *curiae* se mudaram para outro lugar e deixaram as outras sete (das quais conhecemos os nomes de quatro: *Forienses*, *Rapta*, *Veliensis* e *Velita*) na casa antiga. Essas sete se tornaram conhecidas como *curiae veteres* (Festus, p. 174, L.). Cada *curia* tinha um chefe, *curio*, e um sacerdote, *flamen*. Um *curio maximus* presidia toda as *curiae* – um patrício, nos tempos da República. Cada *curia* agia como uma unidade que tinha direito de voto na mais antiga assembléia de Roma (*comitia curiata*). Esse princípio de votar, não individualmente, mas por grupo, foi transmitido pela *comitia curiata* às assembléias posteriores do Povo Romano (*comitia centuriata e tributa*). Ele é um princípio incomum na história das assembléias políticas e resultou na diminuição da iniciativa pessoal e da responsabilidade nas assembléias romanas (com um consequente aumento na patronagem aristocrática nas unidades de voto). Para quais assuntos as *curiae* tinham que votar ou quais assuntos tinham que confirmar no período monárquico é uma questão difícil de estabelecer. Parece provável que a *lex curiata de imperio*, que na República tardia era uma confirmação formal da indicação dos magistrados romanos eleitos pela assembléia centuriata, era originalmente o ato que conferia poder ao rei eleito – e conseqüentemente, mais tarde, aos cônsules. Como os reis não eram hereditários e muitas vezes se impunham do exterior, o reconhecimento por uma assembléia deve ter sido necessário para legitimar sua autoridade. É também provável que já no período monárquico duas reuniões destas *comitia* eram reservadas cada ano para dar uma oportunidade aos *patres famílias* de fazerem um testamento público. A transição de uma *gens* para outra e a adoção por outra família dentro da mesma *gens* eram atos que tinham que ser realizados diante da *comitia curiata*. É mais duvidoso que a *comitia curiata* fosse solicitada a tomar parte na legislação e nos tratados com outros Estados. É igualmente duvidoso que a *comitia* tivesse o direito de agir como corte de apelo (*provocatio*) em casos criminais com os quais lidavam o rei e outros magistrados. Com a criação da *comitia centuriata* por Sêrvio Túlio, seja de que forma tenha acontecido esta criação, uma assembléia militar fundada com base na riqueza e reunindo-se do lado de fora do *pomerium* com símbolos militares, começou a competir com a assembléia curiata. Somos simplesmente incapazes de definir os termos desta competição que provou ser de enorme importância para o futuro desenvolvimento de Roma. As *curiae* eram originalmente, e permaneceram mesmo em seu declínio, uma organização adequada para diferenciação social moderada onde prevaleciam contatos face a face. Elas nos lembram das fraternias gregas e são, certamente, uma daquelas características de Roma arcaica que explicam porque Roma era capaz de apreciar idéias políticas gregas e de desenvolver-se em linhas paralelas àquelas da Grécia.

Ainda nos perguntamos se Sêrvio Túlio sabia de Sólon, que pode ter sido seu contemporâneo. Sêrvio Túlio é o rei a quem podemos pelo menos atribuir um programa político. Ele tinha que confrontar um contínuo aumento de poder (e, portanto, da clientela) de um número restrito de *gentes*, os futuros patrícios, que pretendiam assegurar seus privilégios hereditários. Até onde podemos ver, Sêrvio reconheceu a diferenciação social e econômica, mas não os privilégios hereditários, em sua reforma tribal e centuriada. Ele foi parcialmente mal sucedido: em duas ou três gerações mais tarde, os aristocratas conseguiram se livrar dos reis e assumiram o poder. A *comitia centuriata*, na sua forma original, não impediu o crescimento do patriciado; ela pode mesmo ter favorecido isto, se os patrícios eram os mais importantes possuidores de riquezas. Por outro lado na sua mais desenvolvida forma, a ordem centuriata provou ser útil em providenciar um local de encontro, e, portanto, uma base para compromisso entre patrícios e os mais ricos plebeus.

O que os outros reis tentaram fazer enfrentando a situação em Roma, é mais difícil de adivinhar. Eles mesmos produtos desta sociedade instável, eram mais como tiranos gregos do que como os tradicionais basileis gregos. Dependiam fortemente de seus próprios bandos militares – ou seja, de seus próprios clientes. Mas ao mesmo tempo, tinham que ser reconhecidos pelo Senado local e pelas *curiae*. Nos intervalos entre reis, um *interrex* era escolhido entre os senadores de acordo com regras que continuavam fortes (embora, já talvez um pouco modificadas) durante a República, em ocasiões nas quais ambos os cônsules morriam em serviço. Por outro lado, o rei tinha que se apresentar ante a *comitia curiata* em ocasiões estabelecidas; e não poderia abrir mão dessas apresentações. Nas circunstâncias, devemos supor que o comando militar era a função mais importante do rei. É, portanto, improvável que o dictator ou *magister populi*, o qual surgia como supremo comandante militar em emergências durante a República, tenha sido originalmente um auxiliar do rei. A vitória na guerra, justiça e trabalhos públicos em tempos de paz eram obviamente o que os romanos esperavam de seus reis. Porém, como vimos, o rei era também um sacerdote. A julgar pelo sacerdote-rei de Diana Nemorensis, tornado famoso por J. Frazer (Estrab. 5, 3, 122; Suet., *Calig.*, 35 etc.), o Lácio possuía algumas estranhas combinações de sacerdote e rei no período arcaico, mas a combinação romana era bastante simples. Mesmo durante a República, o sucessor do rei, o *rex sacrificulus*, ainda tinha a mais alta posição na *ordo sacerdotum*, especialmente em banquetes (A. Gellius, *N.A.* 10, 15, 21; Servius, *ad Aen* 2, 2). O rei organizava jogos (*ludi*) em honra aos deuses. Ele realizava ritos de purificação em prol da comunidade, como a misteriosa fuga da *comitia* (*regifugium*) em 24 de fevereiro, talvez na época do último dia do ano. Essa fuga tinha sua contrapartida na igualmente misteriosa fuga das pessoas (*poplifugium*) da *comitia*, em 15 de julho. Os romanos datavam seus eventos de acordo com os anos ou pelo menos com os nomes de reis. A esposa do rei também era uma sacerdotisa. O rei tinha uma residência oficial em um local sagrado, a *regia*, e tinha relações próximas com as sacerdotisas virgens que conservavam o fogo sagrado para Roma, as Vestais. Contavam-se histórias sobre reis gerados pelo fogo divino: sobre Rômulo (como uma alternativa para a história de Marte como seu pai) e a de Sêrvio Túlio. A conexão entre o fogo e o rei é encontrada em outras partes, por exemplo, no Irã. Em Roma, parece ter permanecido um elemento de importância secundária, assim como a outra história de Numa Pompílio como o pupilo ou mesmo o amante da ninfa Egeria (ele também foi considerado o pupilo de Pitágoras, contra todas as possibilidades cronológicas). Onde a intervenção dos reis na religião de Roma pode ser mais claramente notada, no tempo dos Tarquínios, encontramos uma mistura de elementos gregos. A consagração do templo de Júpiter, Juno e Minerva tem pelo menos uma

característica grega; a elevação de Minerva como protetora de Roma, como Atena era de Atenas. De acordo com uma boa tradição, (Dionísio, 4, 65), os Tarquínios importaram livros de Sibila de Cumas para Roma, para serem consultados sob controle do Estado.

Devemos supor, *a priori*, que os reis romanos criavam leis e regras, embora o mecanismo de tal atividade legislativa primitiva (com ou sem a colaboração do Senado, da *comitia* e dos pontífices) seja por nós desconhecido. Também não existe nenhuma dificuldade em admitir que algumas promulgações reais (*leges regiae*) podem ter sido lembradas e mesmo obedecidas em séculos posteriores. Sabemos de fato que coleções de *leges regiae* existiam (cf. Liv. 6,1,10) e que algumas dessas leis foram atribuídas a reis específicos (mais frequentemente a Rômulo, Numa e Sêrvio Túlio). De acordo com Dionísio de Halicarnasso (3, 36, 4), o *pontifex maximus* Gaio Papiro, que viveu depois da expulsão dos reis, teria coletado essas leis de Numa, que foram transmitidas a Anco Márcio. De acordo com uma versão diferente da mesma história relatada por Sexto Pompônio, o jurista do período antonino, um Sexto (ou Públio) Papiro, que vivia sob Tarquínio Soberbo, teria feito uma coleção de leis promulgadas por todos os reis (Dig. 1, 2, 2; 36). Em todo caso, uma coleção de *leges regiae* era conhecida como *ius papirianum* e foi comentada por antiquários como Grânio Flaco, que aparentemente viveu sob César (Dig. 50, 16, 144 comparado com Censorinus, *De die natali*, 3, 2). Continua estranho que Cícero, que mostrou um especial interesse na *gens Papiria* (*Fam.* 9, 21) parece não ter tido conhecimento do *ius papirianum*, apesar de conhecer as *leges regiae* individualmente. Pode-se dizer em geral que, onde temos o texto completo, as *leges regiae* atribuídas a Numa parecem mais arcaicas do que aquelas atribuídas a outros reis (E. Gabba, *Athenaeum* 38, 1960, 202). Mais particularmente, há uma diferença evidente em estilo e conteúdo entre as leis de Numa e as atribuídas a Rômulo por Dionísio 2, 7-29, que devem derivar de um panfleto político tendencioso do primeiro século a.C. Mas mesmo para as leis de Numa não há garantia de que sejam legislação autêntica do período monárquico. Elas podem facilmente ser o produto de sabedoria pontifical que os séculos posteriores atribuíram ao rei Numa. Não deveremos, portanto, usar essas leis como evidência para o período monárquico, embora ao fazê-lo possamos perder alguns fatos interessantes.

A religião de Roma arcaica tinha uma reputação bem merecida pelo estrito respeito a fórmulas, pela quase indistinguível identificação de atos legais e sagrados, e finalmente por compreender a intervenção dos deuses como essencialmente descontínua. Sem nos satisfazermos com interpretações sociais da religião, que nosso conhecimento insuficiente da sociedade romana arcaica tornaria particularmente frágeis, pode-se admitir uma certa conexão entre essas atitudes e a situação difícil das pessoas que estavam acostumadas a rápidas e violentas mudanças na sua liderança e que estavam inseguras dos fundamentos de seus próprios modelos, parte dos quais veio da Etrúria e da Grécia. Uma das características da piedade romana era manter separadas as esferas dos deuses e dos homens, mas ter igual precaução com ambas. Isso resultou no uso de uma linguagem formal muito precisa para tudo o que afetasse tanto as leis divinas (*fas*) quanto as humanas (*ius*). O estrato mais antigo do calendário romano remonta (como tem sido reconhecido desde Mommsen) ao tempo em que a tríade Júpiter – Juno – Minerva não havia ainda sido estabelecida no Capitólio no centro do culto oficial romano: isso significa, com toda a probabilidade (embora tenham sido feitas tentativas para modificar esta conclusão) um período antes do começo da República. Os nomes dos meses Aprilis e do dia Idus parecem ser etruscos. Um terço dos dias do calendário são *dies nefasti*, isto é, dias reservados para os deuses (quase todos os dias ímpares do mês) e dois terços são *dies fasti*, isto é, bons para transações políticas

ordinárias. As cerimônias diretamente ligadas à abertura, condução e conclusão de campanhas militares são programadas em dias reservados aos deuses. As conexões entre as atividades militares e diplomáticas do Estado e a esfera sagrada foram, além disso, mantidas por corporações especiais de sacerdotes, como os *Salii*, que propiciavam a guerra (o que quer isso significasse), os *fetiales*, que eram responsáveis pela exatidão ritual da diplomacia, levando à guerra ou concluindo-a, ou os *fratres arvales*, que pareciam ter sido responsáveis pela purificação das fronteiras do *ager romanus*. Uma implicação interessante do estudo dos *fetiales* é a cuidadosa elaboração de uma doutrina de guerra justa, de acordo com a qual uma guerra é justificada quando o oponente se recusa a fazer compensações por uma ofensa passada. É um fato, que sem dúvida remonta ao período monárquico, que os chefes do Estado romano eram aconselhados por técnicos (*augures*) na interpretação de sinais que indicavam a aprovação ou desaprovação pelos deuses ante uma ação específica. Havia ofensas praticadas dentro da cidade que tornavam um homem *sacer*, ou seja, privado de seus direitos civis e sujeito a castigo divino. Por *devotio*, um general poderia magicamente unir-se ao inimigo, de tal maneira que ambos estariam fadados à destruição juntos. Por *evocatio*, os deuses dos inimigos eram convidados (ou compelidos) a migrar para Roma, onde um culto era prometido e era esperada ajuda contra os devotos anteriores. Quando em perigo, o Estado poderia dedicar o produto de uma primavera (*ver sacrum*) a Marte. E o rei celebraria um “triumfo” (a palavra grega θρίαμβος, que aparentemente chegou a Roma através do etrusco) quando vitorioso de acordo com critérios reconhecidos. Ele podia ter gozado de um status divino durante a cerimônia, mas isso não é evidente.

Seria fácil multiplicar os exemplos da intensa sacralização à qual a vida pública dos romanos era submetida. Teríamos, certamente, que adicionar todos os ritos, as preces, as precauções e as estritas práticas mágicas com as quais um chefe de família cercava sua família e seus bens terrenos na prática diária. Esse formalismo tem também algo a ver com a inclinação dos romanos em converter conceitos abstratos (como *Fides*) ou eventos momentâneos (como a voz que preveniu os romanos da chegada dos gauleses em 390 e originou o culto a Aio Locucio) em forças divinas. Deuses estavam em toda parte: em portões (Jano), em colinas específicas (Quirino no Quirinal; Diva Palatia no Palatino). O rio Tibre era um deus, e possivelmente Diva Rumina era uma deusa específica de toda a Roma, associada à *ficus ruminales* (Dea Roma é uma criação tardia basicamente não romana). A multiplicação de deuses e rituais era acompanhada pela descontinuidade da vida religiosa e da especialização técnica em rituais. Deuses específicos eram deixados aos cuidados de sacerdotes específicos. Várias fontes (das quais as mais importantes são Cic., *De Leg* 2, 20 e Varrão, *De L.L.* 5, 84; 7, 45) nos permitem compilar uma lista de quinze sacerdotes (*flamines*) para o mesmo número de deuses. Alguns dos deuses (Falacer, Pomona e Flora) não aparecem no Calendário, e a inteira ordem dos *flamines* dificilmente parece ter sequer desfrutado de uma atividade coletiva. Os primeiros três *flamines* (Dialis, Martialis, Quirinalis) parecem ter tido prestígio especial, mas não havia nenhuma tríade de Júpiter, Marte e Quirino comparável à tríade de Júpiter, Juno e Minerva, para a qual os Tarquínios deram um santuário no Capitólio. O ritual das *spolia opima* – que era provavelmente mais antigo do que o triunfo e celebrava a vitória em um combate individual de um tipo pré-hoplítico – pode ter envolvido os três deuses: Júpiter, Marte e Quirino (Festus, p. 202 L.: Servius, *ad Aen.* 6, 859). Era deixado para o *flamen Dialis* preservar, até o final da República, e além, o que tinha restado dos tabus antigos e, por isso, inexplicáveis. Ao *flamen Dialis* e sua esposa dificilmente era permitido deixar suas casas, e ainda menos a cidade. Pessoas comuns, obviamente, confiavam na pureza do *flamen Dialis*, assim como

confiavam na castidade das Vestais (que eram cruelmente punidas por suas fraquezas). Mas ninguém criou um modelo dessas performances sacerdotais, ou parou para refletir sobre elas. É um fato significativo que, com toda essa multiplicação de deuses, os deuses familiares (Manes, Lares, Penates, Lemures) permaneceram muito impessoais e há poucos traços de deuses específicos de *gentes*. Uma *gens* poderia ter um culto comum hereditário favorito (como a *gens* dos Pinarii tinham por Hércules, e os Nautii por Minerva), mas não havia um deus exclusivo, digamos, para os Cláudios. Nem há evidência clara de que o *genius* era o deus da *gens* mais do que o deus de cada indivíduo do sexo masculino.

Justamente porque havia locais específicos de culto para uma família específica ou *gens*, e santuários específicos para as atividades federais dos latinos, não deveria causar surpresa que quando a plebe começou a organizar sua resistência contra os patrícios durante a República antiga, ela conseguiu se associar com certos cultos e templos, mais claramente com o de Ceres, Líber e Libera. Mas muito pouco conselho à vida política veio de templos e sacerdotes. O grupo sacerdotal que provou definitivamente ser o mais influente na República romana, e que sem dúvida tinha suas raízes no período monárquico, era o dos *pontífices*, que pertenciam à classe superior (desde a República inicial ao patriciado). Os *pontífices* eram elegíveis para magistraturas ordinárias e faziam a experiência do leigo influir nos assuntos sagrados antes que o contrário. Originalmente eram cinco membros vitalícios, um dos quais agia como *pontifex maximus*, eles perpetuavam seu próprio colégio por cooptação. Se eram originalmente os “fazedores de pontes”, como seu nome parece implicar, isso é irrelevante para o que eles viriam a se tornar: autoridades da lei, nos seus aspectos sagrado e profano. Em Roma, a máquina sacerdotal produziu técnicos da lei muito mais do que líderes políticos e espirituais.

Estamos de volta onde começamos. No final da monarquia, os romanos haviam dado para si uma estrutura de governo basicamente grega, não obstante as rápidas mudanças na classe governante e a interferência constante de bandos militares que procuravam sua fortuna em qualquer lugar da Itália Central em que pudessem penetrar. A principal tradição analista, ao minimizar estes bandos, talvez involuntariamente exagere os elementos gregos nos desenvolvimentos constitucionais romanos; mas estes elementos são reais o suficiente. Eles são mais importantes do que os adornos (como os *fasces*) emprestados dos etruscos (Silius Italicus 8, 483 ff). A helenização incluiu o dualismo do Senado – assembleias populares, a organização hoplítica, a introdução do censo e das tribos locais, e a progressiva secularização do sacerdócio. Ela, finalmente, inspirou os modos de vida do patriarcado e a oposição democrática dos plebeus. Ela preparou o caminho para a futura absorção de deuses gregos e de um pensamento teológico grego. A helenização política e cultural, parcialmente derivada de contatos gregos diretos, parcialmente mediada pelos etruscos, caminhou junto com uma dissociação auto-consciente tanto dos gregos como dos etruscos. Apesar de alguns gregos estarem prontos a ver Roma como uma cidade grega, os romanos optaram por Tróia. Se o estilo de vida social, político e religioso em Roma se tornou diferente do das cidades etruscas, ele não poderia ser confundido com o estilo de qualquer cidade grega que possamos conhecer. A plebe romana, por exemplo, não parece ter uma contrapartida exata nem na Etrúria nem na Grécia (incluída a Magna Grécia). Por outro lado, parece haver pouca evidência em Roma para a identificação entre a aristocracia e a cavalaria, da qual temos bons exemplos na Grécia.

O papel da literatura nestes primeiros estágios de Roma é mais obscuro. Não podemos ter certeza que o mais famoso verso latino, o Saturniano, era uma importação grega, como tem sido sugerido. Alguma influência grega parece inegável nas fórmulas de

hinos arcaicos, como as *carmina* dos *Salii*, que chegaram até nós. Por volta de 450 a.C., os romanos eram capazes de formular leis de um modo que não deixa dúvida sobre seu conhecimento dos legisladores gregos, embora isso não implique necessariamente o empréstimo de leis individuais. A palavra *poena* nas Doze Tábuas é um “grecicismo” manifesto. Contatos com os gregos da Itália são suficientes para explicar a maior parte deste movimento cultural, mas a tradição insiste que a amizade entre Roma e Massília remonta ao período dos Tarquínios (Just. 43, 3; Estrabo 4, 115): a amizade era antiga e firme o suficiente por volta de 390 a.C., para os romanos utilizarem a casa oficial ou “tesouro” dos massilios em Delfos para fazerem oferendas. Através de Massília e dos etruscos, Roma foi também posta em contato com Cartago, e lá, também, os romanos encontraram assimilação de instituições gregas e padrões legais. O primeiro tratado entre Roma e Cartago – como confirmação de sua antiguidade a descoberta das tabletas bilíngues (etrusco-fenícias) de Pyrgi, no território de Cere forneceu um argumento adicional – é outro exemplo da adoção de fórmulas gregas. O caráter espontâneo e despretenso desta orientação explica por que nunca podemos correlacionar exatamente os desenvolvimentos grego e romano. Se Sêrvio Túlio instituiu em Roma algumas das reformas que Sólon e Clístenes introduziram em Atenas, isso não levou, como em Atenas, a uma República democrática, mas a uma muito aristocrática.